

O BRASIL DEVE DEFINIR-SE CLARAMENTE EM DEFESA DA SOBERANIA DO EGITO

VOZ OPERÁRIA

Nº 391 - Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1956

UMA CLARA POLÍTICA DE DEFESA DA PAZ

SURGIRAM nas últimas semanas graves complicações internacionais. A traiçoeira agressão de Israel ao Egito, acompanhada da sangrenta intervenção dos colonialistas anglo-franceses contra a soberania daquele país árabe, põe em perigo a paz mundial.

mentos estão sendo agora utilizadas pelas propaganda imperialista com o objetivo de desnortear e dividir as imensas forças que, em todo o mundo, lutam pela paz e a independência dos povos.

A ORDEM da Assembléia Geral da ONU para a suspensão do fogo apenas paralisa, temporariamente, o derramamento de sangue. Não restabelece, porém, a plena soberania e a integridade territorial do Egito, nem pune os agressores. Neste momento, partes do solo egípcio estão sob ocupação estrangeira: a península de Sinai, ocupada pelas tropas do governo fantoche de Israel; Port Said, invadida pelos agressores anglo-franceses. A soberania do Egito sobre o canal de Suez corre perigo e, com ela, a paz no Oriente Médio e em todo o mundo.

DAI a grande importância, neste momento, de as forças que, em nosso país, se colocam em defesa da paz e da soberania nacional, obterem do governo uma definição mais clara de sua política internacional. Não é suficiente declarar, como o faz o sr. J. C. de Macedo Soares, que o Brasil será fiel aos compromissos assumidos nos quadros da ONU. Nosso país não pode ser um simples membro passivo daquele organismo internacional e, sim, paladino conseqüente de uma política baseada na defesa ativa da paz e da independência dos povos. Nada justifica, por exemplo, que o governo não reconheça abertamente a soberania do Egito sobre o canal de Suez como ponto de partida para qualquer acôrdo a respeito do livre trânsito de navios naquela artéria internacional. Sem o reconhecimento prévio deste direito líquido e indiscutível do povo egípcio, a presença de soldados brasileiros integrando a força de polícia que a ONU está organizando para aquela zona não terá nenhum sentido. Ou antes: poderá mesmo envolver nosso país nas maquinacões dos colonialistas anglo-franceses contra a soberania do Egito.

SIMULTANEAMENTE com a agressão ao Egito, o imperialismo procura abrir um foco de guerra em pleno coração da Europa. Aproveitando-se dos erros trágicos do poder popular na Hungria, assim como da desorientação nas fileiras dos comunistas e do governo húngaros, bandos contra-revolucionários, dirigidos do exterior e chefiados por oficiais do nazista Horthy, exploraram o descontentamento existente com a demora na correção dos erros para restabelecer no país o capitalismo e uma ditadura fascista encaçada nas fronteiras das democracias populares. As tropas soviéticas estacionadas na Hungria foram chamadas a intervir em defesa do regime socialista e das conquistas dos operários e camponeses. As reações desses aconteci-

A POSIÇÃO do Brasil deve ser clara e firme: contra a agressão e contra as tentativas de transformar em rastilho de guerra os problemas internacionais, que podem ter solução pacífica.

7 DE NOVEMBRO EM MOSCOU



Grandes demonstrações assinalaram em Moscou a passagem do 39º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. NA FOTO — demonstração das delegações operárias na Praça Vermelha. Na 11ª página — declarações do Marechal Jukov, ministro da Defesa da URSS, e M. Suslov, membro do Presidium do C.C. do P.C.U.S., sobre a situação internacional.

Uma Discussão Que Reflita os Problemas Atuais

ARTIGOS DE:

- ★ Moacir Werneck de Castro: «Algumas Questões de Programa e Tática»
- ★ Alvaro Costa: «Influência do Culto à Personalidade nos Estatutos do PCB»
- ★ Ivan Cunha: «Corrigir Nossos Erros Para Melhor Servir ao Povo»
- ★ Osvaldo Peralva: «Sobre os Direitos da Minoria»

(Págs. 6 e 7)

INFORME DE GOMULKA

NO 8º PLENUM DO C. C.

DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLONÊS
TEXTO NA 4ª PÁG.

Preço
Cr\$1.50

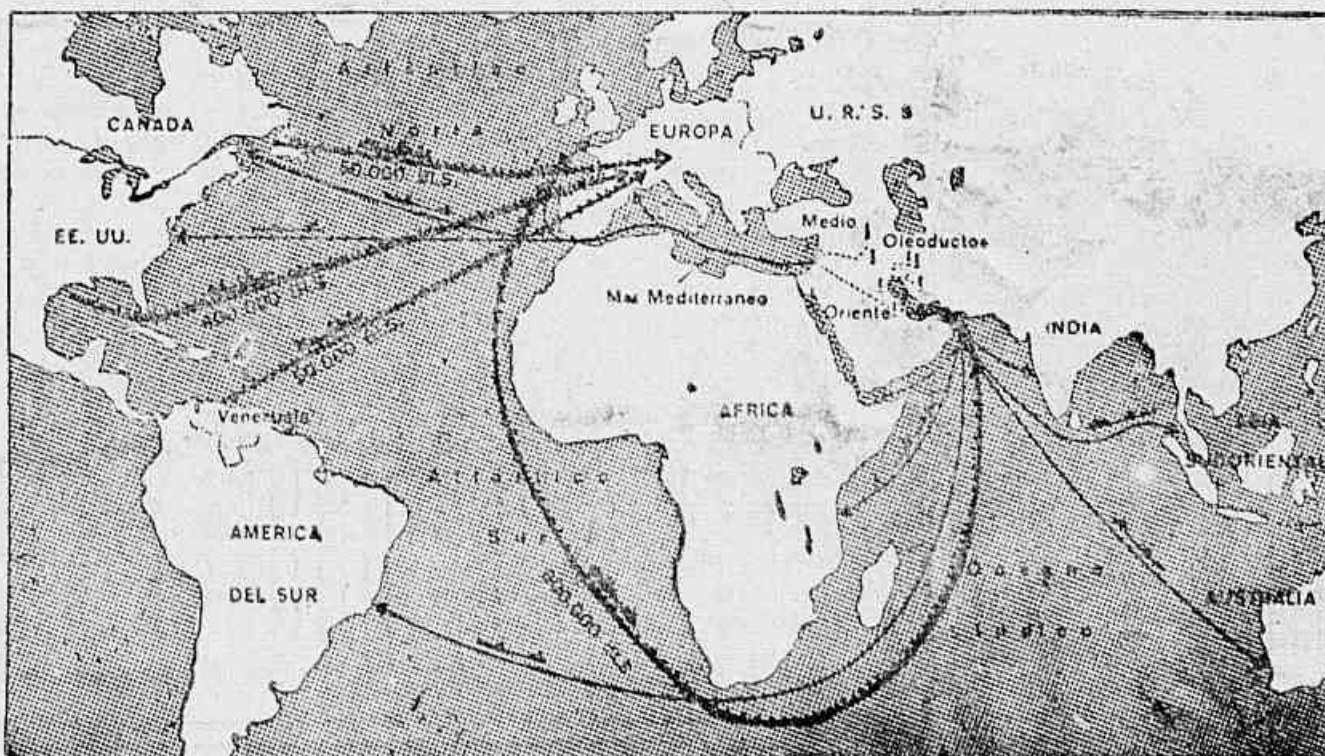
«FRENTE DE RENOVACÃO NACIONAL», FUSÃO ORGÂNICA DO GOLPISMO COM O ENTREGUISMO (Pág. 3)



HOMENAGEM DO POVO AO COMANDANTE DO 11 DE NOVEMBRO

A 11 de novembro de 55 as forças do Exército, sob o comando do general Teixeira Lott, e com o apoio do povo, salvaguardaram as liberdades constitucionais. Por isso, os trabalhadores e outras correntes festejarão o primeiro aniversário desse movimento democrático, homenageando, dia 12, em grandiosa concentração, o Ministro da Guerra.

1.300.000 barris de petróleo passam diariamente pelo canal de Suez em direção da Europa Ocidental. (a rota está assinalada pela linha grossa, pontilhada). Com a obstrução do canal o transporte de petróleo teria de fazer-se através de uma volta pelo continente africano, do oriente para o ocidente. (Na 2ª página, notícia da agressão ao Egito).



A Agressão Anglo-Francesa ao Egito

Prossegue a agressão dos imperialistas anglo-franceses contra o Egito. Após um bombardeio sistemático e maciço, forças terrestres imperialistas desembarcaram em solo egípcio e se aprestam para dominar a boca setentrional do Canal de Suez, pela conquista de Port Said. Ao mesmo tem-

po, as forças israelenses que deram início às operações militares mantêm sob seu domínio a Península de Sinaí, em vista do recuo estratégico do exército egípcio que procedeu a uma concentração de forças na área do Canal.

No momento em que escrevemos, a Inglaterra e a França ordenaram a cessação do fogo, sob condições que, de fato, significariam a vitória das próprias teses que precederam à campanha da Intervenção. O Governo do Cairo rejeitou a proposta. Ninguém pode ser, em princípio, contra a cessação do fogo, desde que não retire o direito de defesa a um país soberano que resiste a uma invasão. O que a opinião democrática de todo o mundo exige é a cessação da agressão e não a simples suspensão das hostilidades. Esse o justo sentido da proposta afro-asiática, apresentada à Assembléia Geral da ONU e que ainda não foi decidida, em vista da falta de apoio em que se encontra até agora da parte do chamado bloco latino-americano.

Os êxitos militares do imperialismo são apenas parciais. Era natural e esperado que duas grandes potências, auxiliadas por um outro Estado agressor, conquistassem posições sobre um país incomparavelmente mais fraco do ponto de vista militar. Mas, de fato, não só o avanço anglo-francês está sendo muito mais difícil do que mostravam supor os arautos do imperialismo. Nasser lembrou a respeito que a França só resistiu oito dias a ofensiva das panzer.

Como guerra de independência, a luta do Egito não

deve ser medida nos mesmos termos de uma batalha entre simples exércitos, mas entre povos e o imperialismo.

Isso significa que, assim como na Argélia e em outros países, mesmo a ocupação militar de certas áreas não significa o término da luta mas, antes, o seu recrudescimento.

Por outro lado, o desfecho da contenda dependerá em grande parte da solidariedade que o Governo do Cairo obtenha dos outros países e povos democráticos, não só do ponto de vista diplomático, mas, também, econômico e militar. Os fatos demonstram que o Egito não está só. Os Estados árabes já iniciaram a movimentação de suas forças armadas (Líbano, Síria, Iraque, Arábia Saudita) ao passo que, atendendo ao apelo egípcio, inscrevem-se voluntários em todos os países do campo socialista para acudir à vítima da agressão.

A extinção do conflito, ou seu alastramento e mesmo degenerescência em guerra mundial depende dos agressores ouvirem ou não a voz da razão e abandonarem seus loucos propósitos de conquista. Do contrário, marchamos rapidamente para uma crise que já é maior de quantas sucederam ao fim da guerra, em 1945.

A União Soviética e os Estados Unidos, como as duas maiores potências do mundo, têm igualmente a maior dose de responsabilidade na evolução dos acontecimentos. O apoio da URSS ao movimento anti-colonialista dos povos árabes é perfeitamente conhecido e foi reafirmado agora: o Governo soviético não só condena publicamente os agressores mas, também,

apresentou uma proposta para que suas forças armadas, juntamente com as norte-americanas, sejam encarregadas de pôr fim à agressão. A atitude dos Estados Unidos, recatadamente anti-in-

tervenционista nos primeiros dias, está evoluindo, agora, para uma posição que, de fato, favorece os agressores, pois Washington se recusa a qualquer ação positiva de apoio ao Egito.

A opinião pública, em apoio ao Egito, exige que cesse a agressão, sejam retiradas as forças invasoras e estabelecido pelo ONU um sistema de segurança efetivo que garanta a independência dos povos.

A VITÓRIA DE EISENHOWER

O resultado das eleições norte-americanas revelou uma nítida preferência das urnas pelo general Eisenhower, enquanto que o ascenso do Partido Democrático, seu oponente, no pleito para a Câmara dos Representantes e o Senado acentuou-se outra vez.

Na opinião quase unânime dos observadores internacionais a vitória de Eisenhower foi garantida apenas nos últimos dias, sobretudo em vista dos acontecimentos internacionais. A crise do Egito e a posição anti-intervencionista que assumiu a delegação norte-americana na ONU, propondo no Conselho de Segurança a retirada das forças anglo-francesas-israelenses, contribuiu para der-lhes votos, acreditando muitos milhões de norte-americanos que o atual presidente contribuiria para evitar uma nova guerra mundial. A distensão ocorrida nos últimos anos anteriores à atual crise, a solução da guerra da Coreia, da luta na Indochina, e o reinício de negociações pacíficas com a URSS na Conferência de Genebra decidiram do resultado final, e foram mais fortes que as promessas de Stevenson.

O povo dos Estados Unidos procurou distinguir para a presidência o candidato que lhe apresentou maiores garantias de paz, pois, embora a linha geral da política de Eisenhower seja francamente agressiva, ele utilizou com o senso de realidade a possibilidade de obter acordos parciais com o mundo socialista, quando as circunstâncias a isso o conduziram.

EM MOSCÚ O «PREMIER» DO AFGANISTÃO



Antes da visita do Presidente da Síria a Moscou, esteve na capital soviética o primeiro-ministro do Afeganistão, Sardar Mohamed Daud. O estadista do país vizinho da URSS, cuja amizade com a Pátria do Socialismo se fortaleceu consideravelmente nos últimos tempos, é visto no clichê quando percorria as dependências da Universidade de Moscou (TASS).

O Apelo de Unidade da CNTI Será Correspondido

Roberto MORENA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, comemorando o 10º aniversário de sua criação, lançou uma plataforma de luta, que consubstancia reivindicações sentidas pelos trabalhadores. A posição tomada pela direção da CNTI é o resultado das sucessivas lutas em comum empreendidas pelos trabalhadores e pelas entidades sindicais. Para comprovar as vantagens e os benefícios da unidade de ação, basta ter em conta as duas campanhas vitoriosas da elevação do salário-mínimo em 1954 e 1956 e os contínuos movimentos reivindicatórios, que cada vez mobilizam maior número de trabalhadores e empregados, sindicalizados ou não.

A plataforma ora aprovada pela CNTI é também uma decorrência das grandes manifestações unitárias do 1º de Maio, nas quais se estabeleceram pontos básicos para a elaboração de um programa de lutas comuns a todos os trabalhadores e todos os organismos sindicais.

Esse programa, que tem cinco pontos básicos pode aumentar e desenvolver as lutas reivindicatórias e unificar cada vez mais as forças proletárias. Tem inteira razão a CNTI, quando em sua proclamação declara: "Em torno de assuntos tão graves e tão sérios não há lugar para o debate de questões pessoais, de interesses partidários ou ressentimentos de grupos. Essas justas expressões têm que ser saudadas e compreendidas por todos os trabalhadores, pelos dirigentes e militantes sindicais, de todas as profissões, de todas as regiões do país e todos os matizes políticos e partidários.

Os cinco pontos da "Carta Econômica da CNTI" são, em linhas gerais, aspirações dos trabalhadores: contenção dos preços, reajustamento geral e imediato de salários, salário móvel, estímulo ao desenvolvimento industrial e reforma agrária.

O primeiro ponto, contenção dos preços, constitui uma reivindicação sentida pelos trabalhadores e por toda a população. Não há nenhuma localidade, por menor que seja, que não haja um movimento popular contra o alto e crescente custo de vida. A proclamação declara: "É exatamente no delicado campo dos preços, que os assalariados mais sentem o peso da conjuntura econômica do país; os gêneros de primeira necessidade vão se tornando quase proibitivos àqueles cujos salários, dia a dia, perdem a capacidade aquisitiva". A luta pela contenção de preços, contra a ganância e a especulação, constitui um elo importante da luta unitária da classe operária.

O segundo ponto, reajustamento geral e imediato de salários, está sendo o motivo principal das lutas atuais dos trabalhadores. Na "Carta Econômica da CNTI" está bem expressa essa aspiração: "Trata-se do reajustamento geral e imediato dos salários, medida que visa a estabelecer, como mínimo, o equilíbrio entre o que se ganha e o que se gasta — ou seja — a correspondência entre o salário nominal e o salário real". Essa medida tornou-se mais imperativa diante da elevação do custo de vida e dos novos níveis de salário-mínimo, aprovados no dia 14 de julho deste ano.

O terceiro, o estabelecimento do salário móvel, para "assegurar ao trabalhador o mínimo de garantia para a capacidade aquisitiva de seu salário" como reivindicação é justa, mas demanda uma discussão mais aprofundada pelos trabalhadores e suas entidades. Embora a direção da CNTI tenha declarado que "já apresentou estudo e anteprojeto de lei ao Exmo. Sr. Presidente da República, mas julgamos que tal projeto de lei deve ser discutido antes de ser levado ao Parlamento. Não é suficiente, a nosso ver, apenas a apresentação ou aprovação de um projeto de lei. Para se levar à prática o salário móvel, "como um dos freios da onda inflacionária", para que "a toda subida no custo de vida corresponda proporcionalmente uma elevação salarial", a unidade e a organização dos trabalhadores e empregados deve ser a mais ampla.

O quarto ponto, o estímulo ao desenvolvimento industrial, constitui, sem dúvida, uma necessidade para o Brasil, "saída para a sua angustiada situação de país exportador de matérias primas de produtos agrários, cuja distribuição e venda no mercado mundial escapam totalmente ao nosso controle". Para o contínuo e incessante crescimento de nossa indústria, que tanto interessa à massa laboriosa de nosso país, a CNTI, estabelece pontos que unificam as grandes forças patrióticas e de todas as camadas sociais: proibição terminante da importação dos produtos supérfluos e concessão "de amplas facilidades para a importação de máquinas e instrumentos indispensáveis à renovação e ao crescimento do nosso parque industrial e o desenvolvimento, em larga escala, da indústria de base, o potencial elétrico e a exploração estatal dos combustíveis e dos minerais atômicos".

A constante renovação de nossas indústrias, as básicas principalmente, tem sido objeto de grandes e vitoriosas campanhas que têm empolgado o nosso povo: a exploração estatal do petróleo, com a criação e desenvolvimento da Petrobrás e recentemente a nacionalização da indústria dos minerais atômicos. As organizações sindicais, na divulgação e na participação ativa no cumprimento dessa renovação industrial, eleva a classe operária, na posição histórica de força progressista e dirigente da nação.

O quinto ponto, reforma agrária, é o complemento imprescindível a uma plataforma de unidade da classe operária. A união das forças produtivas da indústria e do campo, não se pode realizar, sem a ajuda mútua entre ambas. Já estão em andamento alguns projetos de reformas no campo e já se estabeleceram em leis, pequenas medidas protetoras do trabalhador rural: Serviço Social Rural, direito de sindicalização. Está em discussão no Parlamento a extensão das leis sociais para os trabalhadores da agricultura e da pecuária. Mas, as lutas dos trabalhadores agrícolas não têm tido o suficiente e necessário amparo de seus irmãos trabalhadores industriais. As lutas para que se reconheça os seus mais elementares direitos, como sejam, horários humanos, salários e garantias do seu trabalho e de suas terras, assistência à sua saúde e higiene ou para sua aprendizagem nas primeiras letras, bem como o reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, que permanecem engavetados no Ministério do Trabalho, encontram assim eco e apoio na "Carta Econômica da CNTI".

Essa plataforma reclama também, como consequência, uma maior e mais ampla liberdade e autonomia sindical, direito de greve e uma maior e vigorosa mobilização e participação dos trabalhadores e empregados nos sindicatos e, principalmente, nas fábricas e nas concentrações industriais.

O apelo da CNTI encontrará profundo eco na classe operária. Nos últimos anos, os trabalhadores deram grandes passos para a unificação de suas lutas, na sua organização e na ativa participação na vida política do país. O programa ora aprovado pela CNTI terá acolhida nas organizações sindicais. Os dirigentes e militantes sindicais, a quem os trabalhadores confiaram a direção das suas entidades, não podem recusar o seu amplo e decidido apoio à realização dos pontos contidos na "Carta Econômica da CNTI", porque eles encarnam as lutas que se desenvolvem em nosso país. Cabe-nos primordialmente, a discutí-los nos sindicatos e federações, tomar medidas para sua execução, elaborar sugestões práticas discutí-las democraticamente com os trabalhadores, unificando nossas forças e, sobretudo, organizando os grandes sindicatos, apelando para que não fique um trabalhador fora de seu organismo.

Em torno dos pontos básicos da "Carta Econômica da CNTI" e de alguns outros especiais de cada categoria profissional e de cada região de nossa Pátria, avançaremos segura e firmemente no caminho da unidade e organização dos trabalhadores.

Frente de "Renovação" Nacional: Fusão Orgânica do Golpismo Com o Entreguismo

O GENERAL JUAREZ TAVORA E SUAS TENTATIVAS DE REAGRUPAR OS PARTIDOS QUE APOIARAM SUA CANDIDATURA EM 3 DE OUTUBRO — «SOLUÇÃO MILITAR» O OBJETIVO VISADO SOB A MASCARA DE EVITA-LO

Retornando à atividade política ostensiva — justamente depois que o governo resolveu denunciar a orientação entreguista sobre a política atômica que ele havia traçado quando chefe da Casa Militar de Café Filho — o general Juarez Távora, agora reformado, procura reagrupar os partidos que o apoiaram na campanha eleitoral de 55 numa chamada "Frente de Renovação Nacional".

Segunda-feira desta semana houve reunião na casa do sr. Távora para "reerguer" a coalizão batida nas urnas pelas forças antigolpistas. O general apresentou o "programa" e as normas de ação da suposta "Frente de Renovação Nacional".

OBJETIVO: DESTRUIR A UNIDADE DAS FORÇAS ANTIGOLPE

A "carta de princípios", o "esboço de manifesto" e os "estatutos" da Frente, elaborados por Juarez, ainda permanecem em segredo (são apenas do conhecimento dos líderes partidários que se reuniram com ele, na última segunda-feira). Mas conhecem-se, não obstante, os objetivos e os métodos preconizados pelo sr. Távora.

Na opinião de Juarez "é cada vez mais grave a crise nacional, exigindo que as forças políticas se congreguem para impedir que ela evolua para uma solução militar". Isto porque, segundo o candidato derrotado a 3 de outubro, "o governo está sem autoridade, enquanto aumenta a audácia dos grupos militares que o sustentam".

A "frente" juarezista tem, assim, endereço certo: a hostilidade aos amplos contin-

gentes das forças armadas que se opuseram e se opõem ao golpismo, defendendo o regime constitucional.

INTRIGAS CONTRA O GOVERNO

Embora pregando a necessidade de impedir que a situação "evolua para uma solução militar" é esta solução, na realidade, o objetivo real do movimento juarezista. Claro que, diante da vigilância popular e da unidade das forças que condenam o golpismo, o candidato udenista de 55 procura manobrar no sentido de pôr uma cunha, através dos partidos com que tem ligações, entre a Presidência da República e os chefes militares que asseguraram a posse dos eleitos a 3 de outubro. Daí a estudada provocação de que "o governo está sem autoridade", pois para os velhos banzos do golpismo a "autoridade" do governo estaria em destruir o apoio das forças civis e militares que o resguardam da conspiração de certos grupos derrotados a 3 de outubro e 11 de novembro. Desde que o governo demonstrasse esta "autoridade" estaria aberto o caminho à volta dos lanterneiros e liberticidas ao poder.

ENTREGUISMO ABERTO

Mas o objetivo do general Juarez Távora não é apenas o regresso de seu grupo ao poder, quer através de cambalachos, quer por meio da força. O general Távora tem uma política e em defesa dela é que retorna à atividade partidária: é a política do entreguismo. Foi a vitoriosa campanha por uma política nacionalista no terreno da energia atômica que o fez as-

tar-se do Exército para se empenhar em atividades políticas ostensivas. Não por acaso fala ele "na audácia de grupos militares" que sustentam o governo, isto é, a "audácia" demonstrada por setores poderosos das forças armadas que defendem frontalmente a lei da Petrobrás e contribuíram para a nova orientação nacionalista em matéria de energia atômica. Além, os primeiros pronunciamentos públicos de Juarez, depois de transferido para a reserva do Exército, foi para justificar os acordos atômicos de caráter entreguistas por ele concluídos com os E. U., para ameaçar o país de jamais possuir energia atômica sem colocar seus recursos minerais e suas pesquisas sob o controle do governo norte-americano. Simultaneamente, o sr. Távora torna à sua velha tese de que só teremos petróleo suficiente e "em tempo útil" com a participação dos trustes na exploração de nosso ouro negro.

São essas "teses" que Juarez pretende levar, através da frente de "renovação" aos setores populares "ainda não politizados" e por métodos muito do agrado dos americanos como "uma carta de sondagem da opinião pública".

NEGOCIAM OS PARTIDOS

Os próprios partidos que apoiaram o sr. Távora a 3 de outubro procuram não se comprometer com semelhante programa. O PSB considera superados seus compromissos eleitorais com o general e sua "frente". A UDN mesma assume posição de reserva pois teme que o "programa" de Juarez termine por afastar do partido alguns elementos democratas e de orientação nacionalista que nele militam. Assim, a própria "frente" restringe-se cada vez mais antes mesmo de ser constituída. De qualquer maneira uma coisa fica evidente: o movimento do sr. Távora pretende ser a fusão orgânica do entreguismo com o golpismo.

REUNIU-SE O COMITÊ REGIONAL PIRATININGA DO P.C.B.

Aprovadas Medidas de Democratização Da Vida Interna do Partido Comunista

Discutido o Projeto de Resolução do Comitê Central — Exame crítico do Programa, dos Estatutos e da estrutura orgânica

O jornal "Notícias de Hoje", de São Paulo, publicou a seguinte comunicação:

"Nos primeiros dias deste mês, reuniu-se em Pleno Ampliado o Comitê Regional Piratininga, a fim de debater o Projeto de Resolução do Comitê Central "Sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS, o culto à personalidade e suas conseqüências — A atividade e as tarefas do P.C.B.".

Dessa reunião participaram, além dos membros e candidatos a membros do C. R., grande número de convidados e representantes do Comitê Central. Os debates, que transcorreram em ambiente particularmente democrático, caloroso e fraternal, constituíram uma franca troca de opiniões sobre os diversos temas abordados no Projeto de Resolução do Comitê Central, à luz da experiência da Região e da vida política dos militantes. As questões do culto à personalidade e seus reflexos na atividade do Partido na região de Piratininga; da burocratização e da centralização dos trabalhos do Partido; das violações da democracia partidária e de uma falsa e profundamente prejudicial política de quadros que levou a sérias injustiças contra membros do Partido, foram amplamente discutidas.

Foram feitas críticas severas ao Comitê Regional, ao secretariado do C. R. e ao Comitê Central do Partido. A análise das causas dos erros cometidos pelos organismos e dirigentes mais responsáveis constituiu o centro de grande parte das intervenções.

Deu-se início nessa reunião ao exame crítico do Programa, dos Estatutos e da estrutura do Partido, à luz da realidade local.

Foram aprovadas medidas concretas visando a democratização da vida do Partido. Determinou-se que os próximos plenos ampliados sejam realizados obrigatoriamente com o comparecimento de um número considerável de outros dirigentes, aos quais será assegurado o direito de voz e voto. O C. R. afirmou reconhecer aos membros do Partido o direito de livre manifestação de suas opiniões nas reuniões partidárias e através da imprensa, com responsabilidade individual pelos conceitos emitidos, salvaguardada a segurança do Partido. Todas as resoluções de maior importância deverão ser tomadas agora pelo C. R. e não pelo secretariado, como antes acontecia. O C. R. determinou a revisão da política de quadros e de funcionários e constituiu uma comissão encarregada de examinar os casos de camaradas contra os quais porventura tenham sido cometidas in-

justiças. O C. R. resolveu restringir a prática abusiva da cooptação de quadros e tomou outras medidas destinadas a aproximar a direção das bases. Recomendou a realização de reuniões e seminários, a fim de aprofundar o estudo dos diversos aspectos do Projeto de Resolução do C. C. Foram ainda determinadas medidas visando fortalecer as ligações do Partido com a classe operária, a intelectualidade e as massas em geral, com o objetivo de impulsionar a formação de uma frente única de todas as forças interessadas na defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas. O Comitê Regional aprovou, ainda, uma nota a respeito da situação criada com a agressão anglo-francesa ao Egito, nota esta já divulgada, bem como a resolução política que se segue:

RESOLUÇÃO

«O Comitê Regional Piratininga, reunido em Pleno Ampliado, manifesta sua mais viva satisfação pela publicação do Projeto de Resolução sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS, o culto à personalidade e suas conseqüências — A atividade e as tarefas do PCB e chama todo o Partido na Região a discutir franca e abertamente esse documento e a participar de sua elaboração através do oferecimento de emendas e sugestões.

A fim de que esta discussão produza os melhores frutos e mais contribua para a abertura de novo e fecundo curso na vida de nosso Partido, recomendamos:

1) que ela seja feita através de uma ampla análise crítica e auto-crítica da nossa atividade política e dos nossos métodos de trabalho;

2) que seja feita em íntima ligação com a aplicação prática das tarefas que temos diante de nós;

3) que seja acompanhada de medidas práticas capazes de assegurar a mais rápida e ampla democratização do Partido.

São Paulo, novembro de 1956.

O COMITÊ REGIONAL PIRATININGA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

Semana Política

A agressão franco-britânica contra o Egito criou uma crise no transporte do petróleo do Oriente Médio para os países do ocidente. O canal de Suez encontra-se obstruído pelo afundamento de vários navios. Diversos oleodutos dos países árabes foram dinamitados pelos trabalhadores em solidariedade ao povo egípcio agredido. Segundo informações da imprensa europeia, os países da Europa ocidental têm uma reserva de petróleo suficiente, apenas, para o consumo de uma quinzena, enquanto se espera que os trabalhos para a desobstrução de Suez — principal via de transporte do petróleo do Oriente Médio — não se realize antes de dois meses, no mínimo.

Não obstante, os Estados Unidos informam que possuem reservas de petróleo suficientes não só para o seu próprio abastecimento durante longo período, mas também para atender às necessidades dos países da Europa ocidental.

É desta situação que se procuram aproveitar os reais do entreguismo nativo para recomenciar uma odiosa campanha contra a Petrobrás. O "Correio da Manhã", da última quarta-feira, deu o sinal, acusando o governo de "imprevidência" no caso da crise de Suez e da suposta crise de petróleo no Ocidente. A "imprevidência" seria a de continuar "intensa, diária, a propaganda da Petrobrás". A "previdência" seria, de acordo com o "Correio da Manhã", chamar os monopólios americanos e ingleses para a exploração de nosso petróleo.

Não se trata de uma ofensiva isolada contra a Petrobrás. Trata-se, na realidade, de um movimento que se esboça (não é preciso dizer financiado por quem) destinado a retornar a velha tese de que necessitamos da "cooperação" dos trustes na exploração do petróleo em face "do perigo iminente de guerra". Esta é, como se sabe, a tese do sr. Juarez Távora, tese que ele volta a agitar agora nas suas tentativas de reconstituição da Frente de Renovação Nacional. Também não possui outro sentido a interpelação do sr. Prado Kelly ao governo sobre a posição do Brasil "diante dos compromissos assumidos com o mundo livre" nesta emergência internacional.

A chantagem de "guerra iminente" torna-se, assim, novamente, instrumento de pressão imperialista sobre o governo para concessões econômicas e políticas aos consórcios norte-americanos.

É evidente para todos os brasileiros honrados que, ainda que fossem as mais tênues as perspectivas de paz — e, apesar do conflito no Egito, elas continuam muito grandes — jamais poderíamos consentir em alienar nossos recursos fundamentais aos trustes, a pretexto de "colaborar com o mundo livre". Pois são os próprios acontecimentos que estão demonstrando que os países vítimas da agressão, como os países árabes, são justamente aqueles onde os odiosos monopólios imperialistas procuram manter ou retomar concessões — como o canal de Suez e os poços petrolíferos do Oriente Médio — anteriormente conquistados pela força e a ameaça.

NO RIO

SEGUNDA - FEIRA A HOMENAGEM POPULAR AO MINISTRO DA GUERRA

SEGUNDA-FEIRA próxima, às 17 horas, será realizada, em frente ao Ministério da Guerra (Rio), a grande concentração popular comemorativa do primeiro aniversário do movimento de 11 de novembro. A manifestação é patrocinada pela Frente de Novembro conta com o apoio de líderes sindicais, parlamentares e dirigentes de partidos políticos, que se associam ao povo nesta demonstração de solidariedade aos objetivos daquele movimento democrático e à luta pela manutenção do regime constitucional, ameaçado pelas maquinções golpistas cada vez mais audaciosas.

HOMENAGEM AO M. DA GUERRA

Na concentração popular do dia 12 será prestada homenagem ao ministro da Guerra,

por sua atuação no movimento de novembro — quando se colocou à frente do Exército para desbaratar o golpe reacionário já em desenvolvimento e posteriormente, na defesa da Constituição e das conquistas democráticas do povo. Ao general Teixeira Lott será oferecida uma espada de ouro. Em nome dos trabalhadores e do povo falará o vice-presidente da República, João Goulart. Falarão, ainda, outros oradores, entre os quais o sr. Roberto Silveira, vice-governador do Estado do Rio, e o sr. Vladimir Piza, prefeito de São Paulo.

DELEGAÇÕES DOS ESTADOS NA MANIFESTAÇÃO

Trens especiais, ônibus e aviões trarão ao Rio grandes delegações de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Es-

tado do Rio e outros pontos do país, para participarem da manifestação ao ministro da Guerra, que terá, assim, expressivo caráter nacional. Dos bairros mais distantes da capital da República, assim como das cidades fluminenses vizinhas do Rio virão milhares de trabalhadores, em transportes especiais, para a manifestação. Numerosas empresas industriais e comerciais deram seu apoio à manifestação, comprometendo-se a encerrar suas atividades a tempo de permitir aos operários e empregados participarem da mesma, às 17 horas.

Em outros Estados serão realizadas, também, manifestações comemorativas do primeiro aniversário do 11 de novembro. Em São Paulo será oferecido, este mês, um churrasco ao titular da Guerra, com a participação de 30 mil trabalhadores.

Informe de Gomulka no 8º Plenum do C.C. Do Partido Operário Unificado Polonês

N. da R. — Apresentamos a versão do Bureau de Informações Polonesas, na França, do informe pronunciado por Gomulka Vieslav durante o 8º Plenum do Comitê Central do POUP, reunido em Varsóvia recentemente. O referido informe fixa as diretrizes adotadas pelo partido dos comunistas poloneses.

Quando, há sete anos, usei da palavra no plenum do Comitê Central do Partido Operário Polonês Unificado que se realizou no mês de novembro, parecia-me que me dirigia, pela última vez, aos membros do Comitê Central.

Ainda que, desde então não tenham decorrido mais de sete anos, ou oito anos a partir do plenum do mês de agosto, no curso do qual se efetuou uma reviravolta brusca na política do Partido, esses anos constituem todo um período histórico hermetico. Creio firmemente que este período pertence a um passado já superado.

Numerosos males registraram-se no curso desses anos. A herança que este período deixou ao Partido, à classe operária e ao povo é, em certos domínios da vida, mais que alarmante.

Há dois meses e meio, o 7º Plenum do Comitê Central havia apreciado os aspectos positivos e negativos do período transcorrido, traçara as diretrizes da ação futura. Apesar do meu desejo não pude participar dele.

Numerosos foram aqueles, entre vós, que evocaram meu nome nesse plenum e que encaram as possibilidades e a necessidade de minha volta ao Partido. Isso estaria subordinado à minha atitude em face das resoluções tomadas nesse plenum. Eis porque julgo meu dever dizer-vos qual o meu ponto de vista sobre essas resoluções, como vejo a realidade presente e como, na minha opinião, convém preparar o futuro.

Formulo algumas restrições quanto às resoluções do 7º Plenum. Elas se referem à apreciação do passado e à política do Partido no domínio da agricultura.

Independentemente dessas restrições, considero que as resoluções são justas e que constituirão uma justa orientação para a ação. Elas exigirão, no curso de sua realização, correção e complementos.

As resoluções do 7º Plenum falam de realizações de erros do Plano Sexenal.

Longe estou de querer diminuir qualquer realização de nosso país. Nós nos rejubilamos, assim como toda a nação, com o aumento da produção de nossa indústria. Não tenho motivo de por em dúvida os índices de crescimento da produção industrial. Eu os aceito como correspondente à realidade. Há, entretanto, vários «mas» que obrigam a revisar a apreciação de nossas realizações econômicas no curso dos seis anos decorridos.

A PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA

Examinemos as realizações do plano sexenal na indústria carbonífera. Em 1949, isto é, durante o último ano do plano trienal, a extração de carvão elevou-se a mais de 74 milhões de toneladas. Em 1955, isto é, no curso do último ano do plano sexenal, extraímos 94,5 milhões de toneladas de carvão. Dessas cifras decorre que a extração aumentou de mais de 20 milhões de toneladas, resultado que conviria considerar como uma realização importante se este crescimento marchasse a par com um aumento da força produtiva da indústria mineira.

Levando isto em conta, segundo decorre das estatísticas, os mineiros fizeram, em 1955, 92.634.000 horas suplementares, o que constitui 15,5% do número global de horas realizadas no curso desse período. Isto representa 14.600.000 toneladas de carvão extraídas fora das horas normais de trabalho.

Examinemos mais detidamente como se apresenta, durante este período, o rendimento do trabalho nas minas. Em 1949, a extração de hulha, durante uma jornada de trabalho, era de 1.320 kg., por mineiro. Em 1955, esta produção caiu a 1.163 kg., isto é, de 12,4%.

Em resumo, depois da realização do plano sexenal que, segundo as previsões, devia elevar sensivelmente o nível de vida da classe operária e de toda a nação, encontramos, hoje, no primeiro ano do plano quinquenal, em face de enorme dificuldades econômicas que crescem dia a dia.

Empenhamos importantes créditos de investimentos para o engrandecimento da indústria, e quando terminaram os primeiros prazos de vencimento, nos encontramos na situação de um falido insolvente. Foi-nos necessário pedir uma moratória aos credores.

Conhece-se o perigo da falta de cobertura em mercados sobre o mercado interno em relação à quantidade de meios financeiros.

Será que as resoluções do 7º Plenum falam de tudo isto? Não. Isto não é, talvez, o mais importante; essas resoluções abrandam a apreciação do passado. A verdade é que uma análise econômica precisa é indispensável para a elaboração regular de planos para o futuro. Fatos como os acima citados não podem passar sob silêncio. Com efeito, é necessário ter claramente em conta que é todo o povo e, em primeiro lugar, a classe operária, quem deve pagar por uma má política econômica. O Comitê Central do Partido não conseguiu fixar, pelo menos, as consequências políticas em relação às pessoas que têm a responsabilidade deste estado de coisas.

O PROBLEMA DA AGRICULTURA

No domínio agrícola da economia nacional cuja concepção, no curso do 7º Plenum, desperta em mim restrições, encontramos também fenômenos sobre os quais deve refletir profundamente toda pessoa responsável e tirar deles conclusões apropriadas. Calculando o valor da produção global por hectare de exploração agrícola, obtemos as cifras seguintes: as explorações individuais produziram, em preços fixos, cerca de 621,6 zlotys, as cooperativas, 517,3 zlotys, e as explorações agrícolas do Estado, 393,7 zlotys.

Se consideramos os encargos que pesam sobre as explo-



rações individuais e sobre as explorações agrupadas em cooperativas de produção a título de fornecimentos obrigatórios ao Estado e de impostos territoriais, constatamos então que esses encargos, avaliados por hectare de exploração são, nas cooperativas, inferiores às das explorações individuais, particularmente no que diz respeito ao imposto territorial. A diferença nesses encargos em proveito das cooperativas constitui a dotação efetiva do Estado em benefício das explorações coletivas.

A posição seguinte é constituída pelos pagamentos adicionais por serviços prestados às cooperativas pelos Centros Estatais de máquinas agrícolas. Os pagamentos adicionais pelos serviços prestados pelos Centros Estatais de máquinas agrícolas atingiram ao total, para os anos de 1952 a 1955, de 1 bilhão e 700 milhões zlotys. Dado que todos as cooperativas não puderam pagar o minimum admitido para as jornadas-trabalho, pois os resultados de sua produção não lhes permitiam, encontrou-se uma solução reativamente simples:

Suspenderam-se os vencimentos de pagamentos, ou uma parte dos pagamentos feitos a título de compromissos das cooperativas em proveito do Estado e referente ao ano de 1955. Esses pagamentos foram adiados para os anos ulteriores.

Os recursos que deviam ser destinados a esses pagamentos foram atribuídos às jornadas-trabalho. Para todo o país, esta soma se elevava a mais de meio bilhão de zlotys.

Independentemente dessas formas de ajuda do governo, as cooperativas obtiveram importantes créditos em espécie. Os compromissos a longo prazo e a termo médio das cooperativas representavam, a 31 de dezembro de 1955, mais de 1 bilhão e 600 mil zlotys e os compromissos a curto prazo, 900 milhões de zlotys.

E' assim que, em resumo, se apresenta a situação econômica das cooperativas de produção. Triste quadro! Ao lado de grandes investimentos, menores resultados da produção e despesas de produção mais elevadas. E não lembrarei o aspecto político deste problema. Por estas razões, formulo restrições quanto às resoluções do 7º Plenum no que se refere à política agrícola do Partido, definida durante o 5º Plenum do Comitê Central.

Examinando nossa realidade econômica, encontramos nela outros aspectos que despertam profunda inquietação. A prática da realização do plano sexenal consistia em que, em determinados domínios, concentraram-se o máximo de meios de investimentos, sem levar em conta necessidades de outros domínios da vida econômica. E, entretanto, a economia nacional constitui um todo único. Não podemos favorecer, exageradamente certos ramos em detrimento de outros, pois a perda de proporção real, traz grandes prejuízos ao conjunto da economia.

TUDO DEPENDE DA CLASSE OPERÁRIA

A chave para a solução das dificuldades que se acumularam encontra-se em mãos da classe operária; tudo depende de sua atitude, tanto a situação de hoje quanto as perspectivas para o futuro. Além disso a atitude da classe operária depende da política do Partido traçada por sua direção, da habilidade do governo e de todos os órgãos superiores do Estado em dirigir o país!

A classe operária tem dado ultimamente à direção do Partido e ao governo uma lição dolorosa. Os trabalhadores de Poznam recorrendo à greve e manifestando-se nas ruas, durante essa sombria quinta-feira de junho, reclamaram em grandes brados: «Basta! Não se pode continuar assim! E' preciso sair deste caminho falso».

Os trabalhadores de Poznam não protestaram contra a Polónia Popular, ou contra o socialismo, quando saíram às ruas. Protestaram contra o mal que se espalhou largamente em nosso sistema social e que os atingiu, também, dolorosamente, contra os desvios dos princípios fundamentais do socialismo, que é seu ideal.

A classe operária ligou à idéia do socialismo todas as suas esperanças de uma vida melhor. Ela lutou pelo socialismo desde a primeira tomada de consciência de sua existência. E quando o desenvolvimento dos acontecimentos históricos permitiram a seus representantes tomar a direção do poder do Estado na Polónia, a classe operária levou ao auge todo o seu entusiasmo, deu todas as suas forças para a realização da idéia do socialismo.

A classe operária é a nossa classe, é nossa força invencível. A classe operária somos nós. Sem ela, isto é, sem a consciência da classe operária, nenhum de nós poderia representar, efetivamente, mais que sua própria pessoa.

DEPOIS DO XX CONGRESSO DO PCUS

Grande ingenuidade política foi a tentativa ridícula de apresentar a tragédia de Poznam como uma obra de agentes Imperialistas e de provocadores.

Os agentes e os provocadores podem estar e atuar em toda parte e sempre. Mas nunca e em nenhuma parte eles podem decidir da atitude da classe operária. Se os agentes e os provocadores tivessem podido incitar a classe operária à ação, os inimigos da Polónia popular, os inimigos do socialismo teriam suas tarefas facilitadas, teriam podido atingir facilmente seus objetivos. Mas não foi assim.

As causas da tragédia de Poznam e o profundo descontentamento da classe operária encontram-se em nós, na direção do Partido, no governo. O fogo crepitava há muitos anos. O plano sexenal econômico, que foi louvado no passado com bastante impetuosidade como uma nova etapa tendo em vista um elevado aumento do nível de vida, iludiu as esperanças de amplas massas de trabalhadores. A manipulação das cifras, cifras que indicaram um aumento de 27% dos salários reais no curso do plano sexenal, falhou: isto só fez irritar ainda mais as pessoas.

Seria necessário determo-nos sobre a posição tomada pelos maus estatísticos.

O XX Congresso do Partido Comunista da URSS tornou-se um estímulo a uma reviravolta na vida política do país. Uma corrente mais vivificadora, mais sã, animou as massas do Partido, a classe operária, toda a sociedade. As pessoas começaram a erguer a espinha. Os espíritos crédulos, constringidos, começaram a se desembaraçar da atmosfera viciada de mentiras, de falsificações e de duplicidade. Os discursos estereotipados que se ouviram antes nas tribunas do Partido e nas tribunas públicas e que figuravam nas colunas da imprensa, começaram a ser suplantados pelas palavras criadoras e vivas. Algumas vezes fazia-se ouvir uma nota falsa. Mas não era esse tom que dominava a orientação. A crítica do passado estendeu-se largamente, crítica de violações, de deformações e de erros e que não omitiu nenhum domínio da vida.

Na situação criada após o XX Congresso, quando era necessário agir rapidamente e com espírito de consequência, e quando era necessário tirar conclusões do passado, ir abertamente às massas, dizer-lhes toda a verdade sobre a situação econômica, sobre as fontes das deformações na vida política, a direção do Partido não soube elaborar rapidamente uma linha de atividade concreta. Não haveria melhor exemplo do que o adiamento, por diversas vezes, da fixação da data do 7º Plenum.

O EXERCÍCIO DO PODER EXIGE A VERDADE

Já me haviam censurado, no passado, que a posição que entre outras, adotei em face de diferentes questões, decorria de minha falta de fé na classe operária. Isto é falso. Jamais perdi a fé na razão, na sabedoria, no heroísmo e na atitude revolucionária da classe operária. E, hoje, creio igualmente nesses valores da classe operária.

Dirigir um país exige que a classe operária e as massas operárias concedam crédito aos representantes que detêm as rédeas do poder do Estado. Esta é a base moral do exercício do poder em nome das massas laboriosas.

Este crédito pode ser prolongado unicamente sob a condição de atendimento dos compromissos assumidos diante dos credores. A perda da confiança da classe operária significa a perda da base moral do exercício do poder.

Pode-se governar um país nessas condições; mas, então, tais governos serão maus. Eles só podem apoiar-se na burocracia, na violação da legalidade, na força. O sentido da ditadura do proletariado, enquanto democracia mais ampla para a classe operária e as massas populares é, em tais condições, privado de seu conteúdo. Para afastar de nossa vida política e econômica todas as excrescências que se desenvolveram durante anos, e que freiam seu desenvolvimento, será necessário muito modificar em nosso sistema de poder popular, no sistema de organização de nossa indústria, nos métodos de trabalho do aparelho do Estado. E' preciso, numa palavra, modificar todos os maus elementos de nosso modelo de socialismo e substituí-los por outros melhores; aperfeiçoar este modelo por meio de melhores exemplos dos outros e nele introduzir nossos próprios aperfeiçoamentos.

Que limita, atualmente, nossas possibilidades neste domínio? Antes de tudo, a impaciência da classe operária decorre, numa grande dose, das condições de vida. Mas estas estão estreitamente ligadas à nossa situação econômica. O próprio Salomão não poderia fazer nada, sem nada.

PROBLEMAS DA GESTÃO ECONÔMICA

Dada esta situação, devemos dizer à classe operária a dura realidade, a saber, que não estamos em condições atualmente de conceder nenhum aumento importante de salários pois destendemos de tal modo a corda que ela começa rebentar.

Quando será possível explorar outros meios, tendo em vista a elevação do nível de vida da classe operária? Não quero atualmente dizer nada de concreto. Isto depende, entretanto, e antes de tudo, de dois fatores: 1º) do melhoramento da gestão da indústria e de toda a economia nacional; 2º) dos próprios trabalhadores, isto é, do aumento do rendimento do trabalho e da redução das despesas de produção.

Informe de Gomulka no 8º Plenum do C.C. Do Partido Operário Unificado Polonês

A questão da modificação da gestão industrial traz a característica de uma estrutura profunda. Trata-se aqui, precisamente, de melhorar nosso modelo de socialismo. O problema da gestão autônoma operária, que é, atualmente, objeto de discussões dos trabalhadores e dos diferentes órgãos do Partido e do Estado, relaciona-se essencialmente ao que disse a propósito da produção e do nível de vida. Os órgãos dirigentes econômicos, políticos e de Estado devem trabalhar com força a fim de ajudar a iniciativa operária, a fim de introduzir, ali onde seja possível, uma certa generalização das forças propostas. Mas, na prática, é necessário avançar lentamente, numa escala mais ampla.

A indústria de matérias primas, as empresas de trabalho que começam e acabam todo o processo da produção, ou ainda essas fábricas que não encontram dificuldades de aprovisionamento em sua cooperação com outras fábricas, possuem as condições ideais para este gênero de experiência. Não é necessário adiar a aplicação das experiências nessas empresas. Citando o exemplo que é o mais válido para a indústria mineira, ilustro o pensamento essencial que deve permanecer no princípio da gestão autônoma operária e na cooperação relativa à gestão das empresas do trabalho. Produzir melhor, menos caro e mais, eis o caminho que conduz ao levantamento do nível de vida da classe operária e de toda a nação. E sobre tais fundamentos que deve apoiar-se a gestão autônoma operária, e nesses que reside a fonte de todos os gêneros de estímulos materiais que se podem aplicar na situação econômica presente.

As aspirações tendentes a apoiar nossa vida econômica sobre melhores fundamentos que os de até agora, as aspirações tendentes a produzir mais, menos caro e melhor, não podem ser limitadas ao problema da autonomia operária. Isto não é mais que um certo aspecto da reconstrução, que um aspecto político e de organização. Procurando uma solução ao problema da redução dos gastos de produção, tanto as gestões operárias assim como a administração das empresas devem saber, antes de tudo, quais suas despesas reais de produção. Esta questão é de uma importância capital para toda a vida econômica. As dificuldades na fixação, e, conseqüentemente, num certo sentido, na redução dos gastos de produção, residem nos preços que o Estado estabelece para os produtos e as mercadorias, produtos que são fabricados pelas empresas que lhes são subordinadas.

SISTEMA DE PREÇOS E IMPOSTOS

Numa palavra, convém modificar o sistema dos preços até então existentes na economia nacional e de adaptar os preços ao valor. Nossa economia socializada, conservando as necessidades da planificação central, deveria ter em conta necessidades de autonomia das empresas socialistas.

A linha de desenvolvimento do artesanato, traçada pelo VII Plenum deve encontrar uma cobertura na prática. Neste domínio, a dificuldade para o Estado é a questão do fornecimento de materiais. Entretanto, há outras causas freando o desenvolvimento do artesanato. Trata-se, em primeiro lugar, da política dos impostos ou do que se chama de "sobretaxas". Considero que, mantendo o sistema de sobretaxas, não criaremos jamais as condições necessárias ao desenvolvimento do artesanato. Pode-se sempre arruinar, por meio das sobretaxas, uma empresa.

Convém fixar um meio razoável de tributação que permita ao artesanato trabalhar sem temor, isto é, convém suprimir o sistema prejudicial das sobretaxas.

A política agrícola exige igualmente certas retificações. No que concerne às cooperativas de produção, é necessário ajudar fundamentalmente aquelas que são produtivas, sob a forma de créditos de investimentos reembolsáveis e suprimir toda sorte de dotação de parte do Estado. Por outro lado, não é necessário destinar créditos às cooperativas que não oferecem perspectiva de desenvolvimento e não trazem senão prejuízos econômicos. Aos membros desse gênero de cooperativas convém sobretudo deixar-lhes a decisão de seu destino.

Se até o presente os resultados da ação do cooperativismo são os que são, não se deve buscar as causas disso na idéia da cooperação, que é boa, justa e legítima, mas em que uma má política, maus métodos e os erros de pessoas sem idéias econômicas sãs, deformaram esta idéia.

Em nossas atuais cooperativas há numerosos fatos que afastam as massas camponesas da cooperação. Estes fatos devem ser liquidados.

A ruína de um grande número de explorações agrícolas, daquelas que foram classificadas na categoria de explorações de "kulaks", constituiu uma página à parte da catástrofe da política agrícola irrefletida do período decorrido.

As possibilidades de aumento da produção agrícola para os três tipos de economia agrícola são, entre nós, muito importantes. Elas são condicionadas: 1.º) por uma política agrícola justa e a longo termo; 2.º) pelo fornecimento à agricultura, pela indústria, de máquinas agrícolas próprias a cada tipo de economia, e em primeiro lugar de adubos azotados; 3.º) pela elevação da qualificação profissional de cada agricultor. E é sobre isto que devemos concentrar nossa principal atenção, se queremos ultrapassar países tais como a Tchecoslováquia e, em particular, a Alemanha, no domínio da agricultura, tão importante para a economia nacional.

AS RELAÇÕES ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS, O PCUS E A URSS

Passarei agora a um outro problema que, em um grau não menos importante que as questões econômicas, impregna profundamente todo o nosso Partido e toda a sociedade. Este é, para mim, sobretudo, a questão da democratização de nossa vida e o desenvolvimento das relações dos Partidos e dos Estados com nosso grande e fraternal vizinho, com o Partido Comunista da União Soviética e a U.R.S.S.

Como ocorreu que nosso Partido, que levou adiante, com franqueza, a palavra de ordem da aspiração em favor da democracia e cujo objetivo é realizar a idéia mais humanitária, a idéia do socialismo, que este Partido que se coloca

à frente do poder popular na Polónia permitiu o surgimento de um tão grande número de desvios, que se manifestaram em um passado ainda recente? E no problema dos caminhos que conduzem à construção do socialismo e à formação de um modelo de socialismo que está contida esta resposta.

Depois da segunda guerra mundial, a U.R.S.S. deixou de ser o único país que construía o socialismo. Na arena mundial apareceram a China Popular e diversos países de democracia popular, entre os quais a Polónia, que ingressaram no caminho da edificação do socialismo. Ante os partidos operários destes países, e, por conseguinte, ante nosso Partido, colocaram-se problemas que, antes, não existiam na prática. Figuram entre esses problemas questões tais como o caminho que conduz ao socialismo nas condições próprias de cada país, o que, em certa medida, projeta-se na formação de um modelo de socialismo e nas relações mútuas entre partidos e Estados, entre os partidos e os governos dos países do campo do socialismo.

As relações mútuas entre os partidos e os países do campo do socialismo não têm e não podem ter qualquer motivo de complicação; nisto consiste uma das características essenciais do socialismo.

Estas relações deveriam cristalizar-se na base de uma solidariedade operária internacional; elas deveriam apoiar-se na confiança mútua e na igualdade de direitos, na ajuda e na crítica amigável recíprocas, se houvesse necessidade de tal, na solução razoável e resultante de um espírito de amizade, de um espírito socialista, de todas as questões litigiosas. No quadro destas relações, cada país deverá possuir uma plena independência e uma plena autonomia, e os direitos de cada povo a governar-se soberanamente em um país independente deveriam ser totalmente e mutuamente respeitados. Deveria ser assim e eu diria mesmo que começa a ser assim.

Desgraçadamente, no passado, não era sempre assim nas relações entre nós e nosso grande vizinho e amigo, a União Soviética.

O CULTO À PERSONALIDADE

Não se pode reduzir o culto à personalidade unicamente à pessoa de Stálin. O culto à personalidade é um certo sistema que dominava na U.R.S.S., que se introduziu, a meu ver, em todos os Partidos Comunistas, como em numerosos países do campo do socialismo, inclusive na Polónia.

No sistema do culto à personalidade, o Partido, como entidade, não podia agir independentemente, apenas no quadro de sua subordinação ao culto superior. Se alguém tentava ultrapassar esse quadro era ameaçado de excomunhão por seus camaradas. Se o assunto concernia a todo o Partido, este era anatematizado pelos demais partidos.

Em tais condições poderiam estabelecer-se nos princípios da igualdade as relações mútuas de Partidos e Estados, entre Partidos e democracias populares, de um lado, e o Partido Comunista da União Soviética e a União Soviética, de outro? Claro que não. Isso era dificultado pelo sistema do culto à personalidade, sistema organizado com precisão e que esmagava todo pensamento socialista independente.

O sistema do culto à personalidade formava cérebros humanos. Formava o modo de pensar dos militantes e dos membros do Partido.

Seria um grande erro, uma grande confusão mental, se alguém procurasse fazer a comparação entre o culto à personalidade e a autoridade da personalidade. A diferença entre uma concepção e outra é de tal maneira que o culto à personalidade deforma e altera a idéia do socialismo, desencoraja o socialismo dos trabalhadores e de milhares de dirigentes do Partido e do poder popular; a autoridade da personalidade, pelo contrário, contribui para a edificação do socialismo. Ela é de todo indispensável para dirigir o Partido e o Estado. Entretanto, não se pode dar autoridade às pessoas como se pendura uma medalha ou uma condecoração no peito. Eis porque dizemos: é preciso lutar com todas as forças contra o culto à personalidade e suas conseqüências e lutar com todas as forças para conquistar a autoridade.

Também entre nós, chegamos a fatos trágicos e pessoas inocentes foram enviadas à morte. Inúmeros outros inocentes foram presos e, algumas vezes, durante vários anos, havendo igualmente entre eles comunistas. Muitas pessoas foram submetidas a torturas bestiais. Semear-se o medo e a desmoralização. No terreno do culto à personalidade, desenvolviam-se fenômenos que violavam e aniquilavam até o mais profundo sentido do poder popular.

Liquidamos esse sistema e o liquidamos de uma vez para sempre.

Devemos expressar grande gratidão pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que nos ajudou admiravelmente a liquidar tal sistema.

O CULTO À PERSONALIDADE NA POLÓNIA

Embora o sistema do culto à personalidade tenha nascido na U.R.S.S., isso não quer dizer que todos os males devam caber a Stálin, ao Partido Comunista da União Soviética ou à União Soviética; tínhamos também o nosso próprio "Béria".

A direção do Partido deveria nomear uma comissão cuja tarefa seria estudar se, nos processos das pessoas atualmente reabilitadas e que, no passado, foram presas por ordem do Bureau Político ou de uma parte dele, não estarão casos de provocações consentidas, de acusações conscientes a pessoas por delitos que elas não teriam cometido e que caem sob as prescrições de nosso código penal. É necessária a elucidação desta questão e o assunto deveria ser esclarecido por uma comissão de pessoas inteiramente imparciais. Os resultados do inquérito deveriam fechar a página de nosso Partido referente à versão polonesa dos métodos à Béria.

É preciso dizer resolutamente, inclusive ao Partido, à classe operária e a toda a nação:

O caminho da democratização, em nossas condições, é o único que leva à construção do melhor modelo de socialismo; não nos afastaremos desse caminho e nos defende-

remos com todas as forças para não nos deixarmos afastar dele. Entretanto, também não permitiremos a quem quer que seja utilizar contra o socialismo o processo de democratização. A frente do processo de democratização está nosso Partido e somente ele, agindo de acordo com os outros partidos da Frente Popular, poderá dirigir esse processo em uma direção que leve realmente à democratização das relações em todos os domínios de nossa vida, visando a reforçar as bases de nosso regime e não a enfraquecê-las.

O Partido e todas as pessoas que foram testemunhas dos males que existiram no passado e que desejam sinceramente suprimir todas as conseqüências de um passado nefasto em nossa vida atual, a fim de reforçar, desse modo, as bases de nosso regime, deveriam resistir decididamente a todas as insinuações e a todos os caminhos tendentes a enfraquecer nossa amizade com a União Soviética.

Se, no passado, nem tudo foi como deveria ser, segundo pensamos, como deveria ter sido entre nosso Partido e o Partido soviético e entre a Polónia e a União Soviética, isso hoje pertence a um passado para sempre superado.

Se, nesse ou naquele domínio de nossa vida há questões que ainda exigem solução, convém que isto se faça num ambiente de calma e amizade, pois, na verdade, tais processos deveriam caracterizar as relações entre os partidos e os países do campo socialista. E se alguém pensa que conseguirá atingir na Polónia uma atmosfera antisoviética está redondamente enganado. Não permitiremos que sejam prejudicados os interesses vitais do Estado polonês, a causa da edificação do socialismo na Polónia. A fim de que o Partido possa cumprir enérgicamente suas tarefas e estar à frente do processo de democratização, necessita, antes de tudo, ser compacto e homogêneo, e deve aplicar plenamente em suas fileiras e em sua vida, os princípios do centralismo democrático. Deve, em sua atividade prática, respeitar severamente esses princípios que se encontram nas teses sobre as normas leninistas da vida partidária. No passado, esses princípios eram também alardeados. Mas, quando freqüentemente, a prática nada tinha de comum com eles!

A frente desses princípios conviria apresentar a questão da eleição dos dirigentes do Partido, do caráter público da vida do Partido, o direito de conservar seus pontos de vista, juntamente com o princípio de que as decisões da maioria obrigam igualmente a todos os membros do Partido.

O PARTIDO DIRIGE; O ESTADO GOVERNA

O princípio de que o Partido e seu aparelho não governa mas apenas dirige, que governar pertence ao Estado e seu aparelho, deve ser formulado em um conteúdo concreto e na prática e não somente, como freqüentemente aconteceu, em palavras.

A Dieta deveria ter o direito também de confirmar os acordos com os outros países, concluídos pelo Governo e ratificados pelo Conselho de Estado.

A Dieta é também convocada para apreciar o trabalho do Governo e é de sua alçada tirar conclusões sobre as pessoas que não cumprem convenientemente suas tarefas.

A fixação razoável da competência da Dieta e mesmo a ampliação dessa competência além dos limites fixados pela Constituição, definindo, ao mesmo tempo, as tarefas do Partido a propósito do aparelho de Estado, não criam choque entre a Dieta e o aspecto político contido na tese relativa ao papel dirigente do Partido.

As eleições serão realizadas na base de um novo sistema eleitoral que permite às pessoas não só votar mas também eleger. Essa mudança é muito importante. Os partidos e as organizações agrupadas no seio da frente nacional apresentam um programa eleitoral comum; entretanto, cada programa não é realizado apenas pelos partidos mas também pelas pessoas que agem em nome deles. O candidato que usufruir de maior confiança será eleito. Quem não dispuser de ampla confiança dos eleitores não entrará, é claro, na próxima Dieta.

Conforme adotar e decidir o atual Pleno, iremos, camaradas, ao Partido, à classe operária, ao povo, de cabeça erguida, pois estamos com a verdade. E a verdade apresentada ao povo sem disfarces dar-nos-á força, dará ao poder popular e a nosso Partido a plena confiança das massas trabalhadoras. Essa confiança é indispensável para a realização de nossos projetos.

Apresentando o princípio da liberdade de crítica em todas as suas formas e igualmente a crítica pela imprensa, temos o direito de exigir que toda crítica seja justa, ajude a superar as dificuldades do período precedente e que não contribua para sua acumulação, nem mesmo para a formulação demagógica dos fenômenos e das coisas.

De nossa juventude, particularmente da juventude das escolas superiores, temos o direito de exigir que o ardor que a caracteriza em sua busca de caminhos para melhorar nossa realidade presente seja contida no quadro das resoluções que serão tomadas pelo atual Pleno. Pode-se sempre perdoar muito à juventude; entretanto, a vida não perdona a ninguém, nem aos jovens, nem aos atos irrefletidos.

Só nos podemos rejubilarmos com o ardor de nossos jovens camaradas. Ocuparão, depois de nós os postos do Partido e do Estado. Temos, porém, o direito absoluto de exigir deles que combinem seu ardor e seu entusiasmo com a sabedoria do Partido.

O Partido deveria dizer claramente à nossa juventude: «No vasto e importante processo de democratização, marchai à frente, mas não percais de vista vosso comandante, que é o de toda a Polónia Popular: o Partido da classe operária, o Partido Operário Unificado Polonês».

O Partido viverá mais intensamente a vida da classe operária. Ele poderá formar melhor sua consciência quando a enorme maioria dos militantes conscientes se encontrar com os operários, nas fábricas.

MELHORAR O TRABALHO DO GOVERNO

Convém igualmente assegurar um controle apropriado das instâncias do Partido sobre a atividade do aparelho do Partido, começando, em primeiro lugar, pelo aparelho cen-

UMA DISCUSSÃO QUE REFLITA OS PROBLEMAS ATUAIS

Algumas Questões de Programa e Tática

Tudo aquilo que representa apêgo à rotina, a uma situação de rígido centralismo e de dogmatismo supostamente infalível, resistiu e resiste ainda entre nós, a levar em conta as lições decorrentes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e das discussões e acontecimentos que se seguiram noutros países. Os delegados brasileiros foram a Moscou carregando consigo um pequeno arsenal de certezas inabaláveis: tínhamos o nosso programa de «marxismo criador», direta e paternalmente inspirado por Stálin; éramos os «favoritos» na América Latina; mandávamos uma mensagem grandiloquente de saudação, com adjetivos e louvores bombásticos e onde o nome de Stálin era por três vezes citado, em pé de igualdade com o de Lênin; e finalmente, iríamos receber de torna-viagem mais algumas receitas mágicas, «novos e poderosos argumentos», como diz o clichê, para impulsionarmos o movimento no Brasil.

Entretanto, o XX Congresso foi aquilo que se conhece. Estes oito meses transcorridos até a atual abertura da discussão em nosso país foram meses de amarga decepção

para quantos contavam — apesar dos prenúncios em contrário — com mais um Congresso no estilo do XIX; foram meses, também, de obstinada relutância em aceitar uma nova realidade, à luz das revelações do informe secreto de Kruschiov. O grande escritor húngaro George Lukacs (que esteve durante muitos anos proscrito pelos dogmáticos stalinistas) dizia por volta de junho último — cito de memória — que a capacidade e o discernimento dos Partidos Comunistas se revelava na presteza com que sabiam captar o sentido profundo do XX Congresso. No nosso caso, este critério faria chegar a dolorosas constatações. Mas tanto é certo que hoje o Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B. reconhece que «a demora na discussão desses problemas... é injustificável».

Considero interessante, como elemento para o nosso debate crítico e autocrítico, examinar algumas das manifestações da direção do P.C.B. no período transcorrido entre o XX Congresso e a publicação do recente Projeto de Resolução do C.C.

O número de 5 de maio de 1956 da VOZ OPERÁRIA

MOACIR WERNECK DE CASTRO

divulgou um artigo do camarada Luiz Carlos Prestes intitulado «O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética — Importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela Independência Nacional.» Dizia Prestes que a principal característica do Congresso era o «sentido do novo»; mas o artigo, lamentavelmente, deixa de abordar o que houve de realmente novo e revelador no Congresso. No espaço de uns poucos parágrafos, fala em «novos e poderosos argumentos», «novas e maiores perspectivas», «novas condições», «novas tarefas», «nova e poderosa luz», «novas perspectivas», «novas e poderosas armas», «novo elemento de convicção, estímulo poderoso, que abre uma nova perspectiva», «fator novo», «poderosa corrente», etc. — numa repetição de vocábulos que certamente não era casual, e sim expressão de perplexidade política. E sobre o problema da direção coletiva e o culto à personalidade, escrevia o secretário-geral do Partido: «Não se trata evidentemente de diminuir os méritos históricos de Stálin, como tentam fazer crer em sua gritaria desesperada os arautos da reação e todos os inimigos do socialismo do mundo inteiro. Trata-se da crítica necessária de certos erros...»

Tratava-se, na realidade, de nos embalsamarmos com palavras e considerações formais, ao estilo antigo, recusando ver o cerne do problema. No entanto, as informações publicadas pela imprensa comunista de diversos países fora da U.R.S.S. já eram suficientes, a essa altura, para fazer ver que algo muito grave e muito profundo se passara. E quando mais não fosse, isso já estava implícito no próprio trecho do discurso de Mikolain citado por Prestes, onde se diz que as conclusões decorrentes das questões colocadas no Congresso «não só têm valor teórico, como além disso, adquirem caráter programático...» Palavras fáticas que vinham, como uma bomba de ação retardada, fazer explodir o nosso pequeno arsenal de certezas e dogmas!

Os documentos do XX Congresso também já eram conhecidos em suas linhas essenciais quando veio à luz um artigo do camarada Prestes, sob o título «É necessário combater e desmascarar os defensores e portavozes do nacional-reformismo» (em VOZ OPERÁRIA de 28 de abril de 1956). Possivelmente teria sido escrito antes; mas, neste caso, cabia ao Secretariado examinar a conveniência de sua publicação. O fato de publicar-se o trabalho mostra a tendência de não levar em conta os elementos novos postos em relevo pelo XX Congresso. «Nesse artigo se colocam questões de estratégia e tática de uma forma que me parece inadequada. A contradição entre a linha tática seguida pelo Partido, por imposição da situação objetiva, e o caminho estratégico assinalado no Programa chega aí a uma evidência palmar. Por isso mesmo é que não há de ter sido ele divulgado pela «Imprensa Popular»: era a negação de palavras de ordem pelas quais se tratava quotidianamente uma luta vital, como a defesa da Constituição — ali qualificada, de acordo com o Programa, de «código de opressão contra o povo». Nesse artigo se afirma com ênfase, preclaramente, tudo aquilo que o Partido, através de sua atuação de massas, sentia que estava errado e constituía um empecilho à realização de uma ampla política de frente única: isto é, em última análise, a concepção das forças aliadas como uma espécie de soldadinhos de chumbo a serem mobilizados dentro do nosso férreo esquema de hegemonia do proletariado.

«Nos países semicoloniais como o Brasil e demais países da América Latina — escrevia Prestes — um dos principais obstáculos que se erguem no caminho da revolução, da luta pela libertação nacional do jugo imperialista, da independência e do progresso, é a tendência básica nacional-reformista da burguesia nativa... Contra o nacional-reformismo, como ideologia da burguesia, dirige-se por isso o golpe principal das forças revolucionárias.»

Pela primeira vez era aí formulada essa questão da direção do golpe principal estratégico, que tem sido objeto de vivas discussões «intra muros». Ora, exatamente na semana anterior (VOZ OPERÁRIA, de 21 de abril de 1956) divulgava-se entre nós um documento da maior importância relativamente ao assunto — o editorial do «Jeminhpaou», de Pequim, a propósito da discussão no pleno ampliado do Birô Político do P.C. da China sobre o XX Congresso. Diz o editorial:

«...Há nas obras de Stálin a seguinte fórmula: nos diferentes períodos da revolução o golpe principal deve ser dirigido no sentido de isolar as forças político-sociais intermediárias. Essa fórmula stalinista deve ser encarada de modo crítico, do ponto de vista marxista. Em alguns casos, pode-se considerar acertado o isolamento das forças intermediárias na sociedade; mas sob quaisquer condições isto não é certo. Segundo a nossa experiência, o golpe principal da revolução deve ser dirigido contra os próprios inimigos principais, para isolá-los. No que se refere às forças intermediárias, é necessário lutar contra elas, porém, ao mesmo tempo, devemos nos empenhar para atraí-las ao nosso campo

(CONCLUI NA 8ª PAGINA)

Sobre os Direitos da Minoria

OSVALDO PERALVA

todos comunistas, dentro do Partido, se visamos todos aos mesmos objetivos fundamentais, o único caminho para estabelecer a unidade ideológica, a unidade de princípios, eliminando as divergências de opiniões que surgem inevitavelmente no processo da busca comum da verdade, é o caminho do debate amplo e livre, do cotejo de argumentos, do entrecchoque de idéias e pontos de vista.

Lênin, que de maneira tão implacável combateu o fracccionismo no Partido e defendeu sua unidade, que amava mesmo empregar a expressão «disciplina férrea», jamais caiu no primarismo de conceber a disciplina nas fileiras partidárias como simples resultado da imposição de cabos de esquadra. Em «A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo», ele acentua que a disciplina no Partido proletário só pode ser mantida, controlada e fortalecida mediante três condições: 1) pela consciência de vanguarda proletária do Partido; 2) pela sua ligação com as massas; 3) pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, com a condição ainda de que as mais amplas massas se convençam disso por experiência própria. «Sem estas condições — dizia textualmente — não é possível a disciplina em um partido revolucionário.»

Este problema dos direitos da minoria naturalmente não tombou do céu sobre o Projeto de Resolução. Sabe-se que há cerca de dez anos os camaradas chineses, cuja característica mais notável é seu espírito de persuasão, levantaram esse problema de conceder à minoria o direito de manter e defender sua opinião. Este ano, aí pelo mês de junho, o assunto voltou à baila através do discurso do dirigente da Seção de Propaganda do C.C. do P.C. chinês, que teve ampla repercussão na imprensa européia. Finalmente, no recente Congresso dos comunistas chineses a questão foi posta de novo na ordem do dia.

Dizem os camaradas chineses que em seu país, há dois mil anos, esteve em voga nos meios acadêmicos o lema: «Que todas as escolas do pensamento contendam». Foi esse, afirmam eles, um período de ouro do desenvolvimento cultural na China. Por isso, pensam que o mesmo lema deve prevalecer hoje ali, possibilitando-se a todo o povo possuir, proclamar, manter e defender sua opinião. Quanto à minoria no Partido, raciocinam mais ou menos assim: se ela não tem razão, todo o Partido e ela própria se convencerão disso no processo da discussão continuada, o que virá reforçar a unidade partidária; se tem razão, isto também se evidenciará para a própria maioria, mais cedo ou mais tarde, o que propiciará ao Partido a correção de suas posições.

Assim pensam os comunistas da China, e acho que eles têm plena razão. É possível que nem sempre isso tenha sido possível, que só agora o seja. De qualquer modo, neste momento em que nosso Partido passa em revista suas concepções e seus métodos, à luz dos ensinamentos do XX Congresso do P.C.U.S., a questão ora levantada pelo Comitê Central, a propósito da ampliação dos direitos da minoria, me parece de imensa atualidade e significação. Pessoalmente estou convencido de que se concedermos à minoria o direito de manter e defender sua opinião, ressalvados os deveres da disciplina única para todos e do cumprimento por todos das decisões da maioria, fortaleceremos a unidade de nossas fileiras, reduziremos as possibilidades da formação de grupos e inauguraremos o período de ouro do desenvolvimento político e teórico do P.C.B.

Aplaudo com entusiasmo a idéia contida no Projeto de Resolução do Comitê Central do P.C.B. de assegurar à minoria o direito de manter e defender sua opinião, sem prejuízo naturalmente do dever de aplicar as resoluções estabelecidas pela maioria.

De acordo com o Estatuto em vigor, somente nos dois meses anteriores ao Congresso, isto é, de três em três anos, é que se libera o debate e se reabre a discussão sobre qualquer ponto da política do Partido (art. 26). Fora disso, na atividade normal, o que rege é o art. 21, segundo o qual «tomada uma resolução em qualquer organização do Partido, a discussão sobre o assunto a que ela se refere só pode ser reaberta por decisão da maioria da mesma organização ou por decisão do organismo superior».

Pensando bem, esse dispositivo não se enquadra no espírito científico e contrário, de modo especial, a concepção marxista do processo do conhecimento. Já Descartes, há mais de três séculos, considerava no «Discurso sobre o Método», que a primeira exigência para buscarmos a verdade nas ciências era não aceitar jamais como verdadeira qualquer coisa que nosso espírito ainda tivesse ocasião de pôr em dúvida. E os próprios conceitos expressos por Lênin, em seus «Cadernos Filosóficos», sobre idéia, pensamento, conhecimento humano, não se coadunam absolutamente com esse sistema de pesquisas que só funciona periodicamente, em prazos fixos.

«O conhecimento é o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e eternamente do objeto», diz Lênin ali. E aponta: «O reflexo da natureza no pensamento humano deve ser compreendido não de forma «morta», «abstrata», «sem movimento, SEM CONTRADIÇÕES, mas no PROCESSO eterno do movimento, do nascimento das contradições e de sua solução.» Ora, decretar por 3 a 2, digamos, verdades absolutas e imutáveis pelo espaço de três anos, com uma atitude antes metafísica que materialista, capaz de nos fazer transpôr, insensivelmente, a fronteira entre o mundo da ciência e o reino da bruxaria e da superstição.

Tem-se admitido em palavras que a luta interna é a condição essencial do desenvolvimento do Partido. Mas como pode haver luta interna, de princípios, se o próprio Estatuto a torna quase proibitiva, ao limitar de tal modo as suas possibilidades? Argumentam os cultuadores das frases feitas que o Partido não é um clube de debates. Outros fazem a defesa e o elogio desse preceito estatutário em nome da unidade do Partido.

O partido político se distingue do clube precisamente porque não se limita a debater as questões, senão que toma as decisões respectivas e as leva à prática. E isso pode ser feito sem tampar as bocas da minoria, sem colocar fora da lei as divergências de quem quer que seja. Como homem de Partido, tenho o dever de cumprir uma determinação aprovada democraticamente pela maioria, mas se acho que essa determinação é injusta devo ter o direito de proclamá-la.

Será que isso fere a unidade e golpeia a disciplina? Não o creio. Ferirá talvez a aparência de unanimidade que sempre procuramos dar às nossas decisões. Mas unidade não pode ser confundida com unanimidade. Sua coincidência é possível, em alguns casos desejável, mas nunca compulsória. A prática da unanimidade foi estabelecida, se não me equivoco, no Partido Comunista da União Soviética, no tempo de Stálin — e foi uma prática desastrosa e antidemocrática, infelizmente adotada também em nosso Partido. A unanimidade é sinal evidente de ausência de luta de opiniões e geralmente encobre uma unidade mecânica, baseada em disciplina de caserna. Se somos

CORRIGIR NOSSOS ERROS PARA MELHOR SERVIR AO NOSSO POVO

O debate está aberto e a discussão se processa. Mas, a verdade é que demorou, sem justificativa plausível, sob a exclusiva responsabilidade do C. C.

O futuro dirá melhor da medida dos prejuízos conseqüentes desse atraso para a luta emancipadora de nosso povo. Desde já, no entanto, sentimos que os 8 meses de silêncio oportunista que reinou, é o responsável pela característica de desabafo que está predominando no debate, impedindo sejam maiores e melhores as contribuições para corrigir os erros e falhas de nossa linha política estratégica e tática, de nossa política de organização e de nossos métodos de trabalho com as massas.

Longe de mim a pretensão de condenar a característica de desabafo, um tanto apaixonado, do debate que ora se trava. Ela é perfeitamente compreensível e eu não escaparei dela por mais que queira. Isto é humano... O que está se dando é comparável ao espetáculo de um indivíduo cego de nascença que, de repente, recupera a visão. A luz, as nuances das cores, a diversidade das coisas que o cercam, tudo deslumbra. Assim estamos nós e não poderia ser de outra maneira.

As influências do culto à personalidade entre nós foram grandes e danosas: — Levaram-nos a erros políticos graves e que atrasaram nossa luta; levaram-nos a incriáveis deformações nos quadros do Partido; levaram-nos a tratar as massas e suas organizações como se fôssemos uma elite de privilegiados e não uma vanguarda.

Vejamos, assim num primeiro relancear de olhos, ainda imperfeito — pouco profundo e pouco vasto — o que pude exercer nesses dias de meditação, ajudado pelo Projeto de Resolução do C. C. e pelos artigos dos diversos camaradas.

I — ERROS NA ELABORAÇÃO DE NOSSA LINHA POLITICA

A influência do subjetivismo — tanto o dogmatismo como o empirismo — tem sido, a meu ver, marcante na elaboração de nossas linhas políticas.

A questão da união entre a teoria e a prática, bem como a necessidade da correspondência obrigatória entre nossas idéias subjetivas e a realidade objetiva — conforme nos mostra Liu Chao-Chi — é a raiz fundamental de todo o subjetivismo. O mesmo dirigente chinês ainda diz: "Quem não compreende que uma opinião justa só pode ser o reflexo objetivo e multilateral da realidade, e defende tenazmente no trabalho suas concepções subjetivistas e unilaterais, pode cometer erros grandes e pequenos apesar de todas as suas boas intenções. Por isso, para evitar erro é necessário conhecer com justeza a realidade objetiva e compreender a verdade com exatidão".

O que nos tem impedido de conhecer com justeza a realidade objetiva?

A meu ver, é o burocratismo um dos principais responsáveis. Existem elementos de burocratismo nos organismos dos diversos escalões do Partido. Mas, o fato do Presidium e do Secretariado do Comitê Central terem caído "... num demasiado afastamento das massas do Partido e da vida real..." — conforme mostra o Projeto de Resolução do C. C. — é, sem dúvida, nas condições de centralização excessiva predominante, a causa principal do subjetivismo dogmático que nos tem levado a diversos erros.

Vejamos alguns:

1 — A QUESTÃO DO GOLPE PRINCIPAL: — Fieis à tese stalinista sobre a direção do golpe principal, proclamá-

vamos que a direção do golpe principal deveria ser contra as "forças intermediárias", os "desenvolvidos nacional reformistas", aqueles que "apresentam para as massas uma solução capaz de disputar com a nossa". O atual Programa obedece a esta tese. A última manifestação de defesa desta tese, está num artigo do camarada Prestes, posterior ao XX Congresso do PCUS, em que o sr. Elias Chaves Neto (cujo artigo não conheço) é combatido em nome da necessidade de darmos o golpe principal sobre as forças intermediárias. Esta tese é tão falsa que nós não a estamos aplicando. Por exemplo frente ao governo do sr. Juscelino, repudiamos na prática a famosa tese, passando a adotar a posição justa de combate intransigente aos golpistas e de apoio, de frente única, com todos os que se opuserem aos desígnios daqueles piores inimigos de nosso povo. A vida é mais forte que nossos dogmas...

Mas, foi a meu ver, em nome desta tese que agimos erroneamente no passado em diversas questões:

a) — Quando da campanha eleitoral que levou o sr. Getúlio Vargas ao Governo em 1950, nós queríamos e determinamos que o Partido votasse em branco e procuramos convencer a massa para que fizesse o mesmo. Aláís, inutilmente, porque o povo e muitos comunistas e simpatizantes, não nos obedeceram.

b) — Nossa posição sectária (hoje a enzergamos assim...) frente ao P. T. B. e seu líderes, só corrigida após o golpe de 24 de agosto, quando a intuição da vida começou a quebrar muitos de nossos tabus.

c) — Nossa posição frente ao governo Vargas, de combate sistemático, que em nada contribuiu para evitar o golpe de 24 de agosto.

2 — OUTROS EXEMPLOS DE SUBJETIVISMO: — Procurarei enumerar outros exemplos que entendo constituírem influência do subjetivismo em nossa ação política:

a) — NOSSA POSIÇÃO FRENTE A QUESTÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO: Logo ao iniciar-se a memorável Campanha Nacional de Defesa do Petróleo, uma tendência surgiu e tomou corpo entre os que lutavam por impedir aos imperialistas norte-americanos a posse dessa nossa riqueza fundamental. Era a de que o monopólio estatal do petróleo seria a melhor maneira de preservá-lo dos trustes ianques. Frente a isto, adotamos uma posição vacilante, fruto do subjetivismo nos altos escalões do Partido. Dizíamos que o monopólio estatal por parte de um governo de agentes do imperialismo americano, seria, na prática, entregar aquela riqueza em mãos da Standard Oil. Chegamos a defender a forma de empresas privadas para a exploração do petróleo. Nosso teorismo, nosso subjetivismo nos cegava. Impedia-nos ver que pelo sistema de empresa privada, os trustes, através dos testas de ferro, ficariam a vontade para se apossarem do petróleo. Impedia-nos ver que o monopólio estatal ganhava rapidamente a opinião dos líderes da campanha e que a massa era francamente favorável a esta tese. Mesmo nas fileiras do Partido não eram poucos aqueles que defendiam o monopólio estatal. E interessante: quasi todos que assim procediam eram os que participavam ativamente da campanha. Felizmente, modificamos nosso ponto de vista e hoje não há quem negue honestamente a contribuição decisiva dos comunistas para o êxito da histórica e vitoriosa campanha.

b) — NOSSA POSIÇÃO FRENTE A PETROBRAS: — Também aqui fomos vítimas do subjetivismo. De início combatemos a Petrobrás, taxando-a de entreguista. A vida fez a realidade entrar em nossas cabeças obliteradas de fórmulas subjetivas e modificamos nosso ponto de vista. O mesmo está

IVAN CUNHA

acontecendo agora com a "Rêde Ferroviária Federal S. A.", assunto em que já começamos a mudar de opinião.

c) — NOSSA POSIÇÃO FRENTE AO GOVERNO VARGAS E SEUS REFLEXOS ATUAIS: — Se antes mandamos votar em branco, logo a seguir complementamos a obra do subjetivismo, taxando o Governo Vargas de "instrumento útil e necessário dos imperialistas norte-americanos". Não enzergamos as contradições existentes no seio daquele Governo que, se por um lado, o levava a propor e fazer aprovar o Acórdão Militar Brasil-EE.UU., por outro lado, o levava a instituir a Petrobrás. Todos os participantes do Governo eram laicos do imperialismo norte-americano, mesmo o Gen. Estillac Leal que saiu do Ministério por não possuir apoio de massas em sua luta contra o Acórdão Militar que (assim me parece) se negara assinar. Erro crasso o que cometemos e que muito atrasou a luta emancipadora de nosso povo. Erro que estamos corrigindo em relação ao Governo Juscelino, embora ainda subsistam, a meu ver, certas análises subjetivas. Por exemplo: taxamos o Eng. Lucas Lopes de agente do imperialismo norte-americano. Seria melhor se, ao invés de rotulá-lo assim, mostrássemos as contradições de sua conduta — se por ventura ou desventura elas existirem — pois é sabido que aquele senhor é convictamente um partidário da Petrobrás.

3 — A QUESTÃO DO CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO: — Cada dia se torna mais evidente que o caminho apontado pelo Programa está superado. Até nossa tática atual discrepa dele inteiramente. Nesta questão, mais que em qualquer outra, temos que pôr de lado o dogmatismo e o empirismo, porque se é impossível submeter a realidade na camisa de força de nossos dogmas, também impossível desprezar os princípios teóricos que nos permitem interpretar a realidade brasileira. A própria vida nos obrigou a proceder, em relação ao Governo Juscelino, de maneira bem diversa da preceituada no Programa. Este e outros erros do passado (principalmente os que cometemos em relação ao Governo Vargas), devem nos servir de lição quando se tratar de estabelecer o caminho brasileiro para o socialismo. A meu ver, esta questão do caminho que seguiremos está na dependência de uma série de fatores, inclusive da posição que o inimigo externo e interno tomar. Os princípios de um Programa, neste terreno, devem ser dinâmicos, permitindo a máxima flexibilidade tática em cada momento. Além do mais, devemos levar em conta o fator político que representaria nossa posição pública pelo desenvolvimento pacífico, contra uma guerra civil que só o inimigo poderia nos impôr. Ai então não nos caberia recusar esta alternativa. O Partido e as massas estariam preparados, pelo próprio processo da luta, para a palavra de ordem que os acontecimentos impuserem. Assim sendo, deveríamos, a meu ver, no documento programático futuro, partir de 3 elementos principais para fixar o caminho brasileiro para o socialismo:

a) — porque é inevitável a marcha do Brasil para a democracia e o socialismo.

b) — quais as condições objetivas — internas e internacionais — para que essa marcha se processe pacificamente;

c) — quais as condições subjetivas necessárias para o desenvolvimento pacífico, tanto as que dependem de nós como as que dependem do inimigo externo e interno.

II — ERROS EM NOSSA POLITICA DE ORGANIZAÇÃO

O culto à personalidade, neste terreno, levou-nos a erros

(CONCLUI NA 8ª PAGINA)

Influências do Culto à Personalidade Nos Estatutos do P. C. B.

Quando o companheiro J. B. de Lima e Silva deu início ao debate sobre o culto à personalidade e suas conseqüências através da imprensa, considerei o fato como uma indisciplina e desrespeito aos Estatutos do P.C.B.

Pelos Estatutos do Partido, só o Comitê Central, ou a maioria das organizações partidárias de âmbito regional, podem abrir uma discussão sobre assunto desta natureza. Em debates com pessoas que leram o artigo de J. B. de Lima e Silva, defendi esta opinião, e só não o fiz através de artigo para não incorrer também naquilo que considerava um erro. Aguardava o pronunciamento do Comitê Central.

Em que me baseava para ter esta opinião? Na convicção de que o Comitê Central do Partido abriria a discussão; se havia retardamento, motivos superiores o justificavam. Tinha esta convicção apoiada pela confiança na honestidade e dedicação à causa do povo e da classe operária, na fidelidade à ideologia do proletariado demonstrada em todos estes anos pelos companheiros do C.C. Era, porém, uma confiança apoiada nas bases falsas do culto à personalidade, pois dedicação e honestidade

comprovadas não são garantias para posições políticas e ideológicas justas. Era uma confiança sem limites e, portanto, antimarxista. Cheguei a esta opinião quando iniciei, em minha própria cabeça, o combate ao culto à personalidade, no que fui auxiliado pelas discussões que fui obrigado a travar defendendo a minha opinião inicial, e pelo estudo da Resolução do C.C. sobre o assunto.

Na Resolução do C.C., vemos que foram posições ideológicas erradas o que retardou o debate durante oito meses. Tendo havido possibilidades de ser suscitada a abertura da discussão, esta não surgiu, a meu ver, pela posição ideológica de confiança sem limites no Presidium, por parte dos demais membros do C.C., o que determinou aquilo que a Resolução qualificou de "demora injustificável". Pelo que podemos perceber, nossos companheiros jornalistas tinham che-

gado a esta conclusão já há algum tempo.

Partindo da dúvida na justeza das posições ideológicas do C.C., que retardava a abertura da discussão, sentindo a necessidade urgente de debate, tinham aqueles companheiros que recorrer ao Partido para forçar a abertura da discussão. Os Estatutos estabelecem que a maioria das organizações de âmbito regional pode determinar a abertura de uma discussão dessa ordem. Mas para o gozo desse direito estatutário não são meios fornecidos os meios. Dominados pelo culto à personalidade, sob a forma de confiança sem limites no C.C., a maioria das organizações de âmbito regional não estavam preparadas, não poderiam exigir a abertura do debate sem o estímulo de fora, mobilizador e coordenador.

Como proceder, então, para cumprir o dever de comunis-

ALVARO COSTA

tas sem ferir os Estatutos? Resolveram os companheiros cumprir seu dever de consciência e, assim, além de ferirem os Estatutos, utilizaram-se das facilidades de que dispunham como jornalistas. Agiram certo? Hoje considero que não somente agiram certo como também que, se procedessem de outra forma, silenciando, estariam infringindo os princípios do marxismo.

Na própria Resolução do C.C. sobre o culto à personalidade encontramos o apoio a esta posição. Quando o C.C. diz fazendo autocrítica da posição que assumiu em 1948-49 sobre a Resolução do Birô de Informação relativa aos companheiros da Iugoslávia que "infringimos os princípios do marxismo no que tange ao papel das massas e do indivíduo na história, ao estimular em nosso

Partido e em nosso povo o culto à personalidade de Stálin e ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stálin, do PCUS e da União Soviética. Neste sentido, cabe-nos destacar que foi errada nossa posição em 1948 e 1949, diante do P.C. da Iugoslávia. Faltou-nos na oportunidade o necessário espírito crítico e aprovamos incondicionalmente a decisão errônea do Birô de Informação" — com tal afirmação o C.C. deixa claro, portanto, que se tivesse analisado a questão com espírito crítico naquela oportunidade (o que só seria possível se compreendesse já naquela época a posição idealista de confiança sem limites no PCUS), teria discorrido publicamente da Resolução do Birô (e do PCUS, no fundamental), teria assim rompido não só com formas estatutárias mas também princípios considerados marxistas. As repercussões desta posição seriam incalculáveis, tanto para o que se considerava como "internacionalismo proletário" quanto para a própria unidade do Partido (educado no espírito da confiança sem limites a Stálin e ao PCUS). É verdade, mas apenas do ponto de vista imediato. Dentro de

uma perspectiva mais ampla e a longo prazo, quantos benefícios nos teria trazido a realização da luta contra o culto à personalidade desde aquela época? Assim, embora ferindo os Estatutos e violando princípios aparentemente marxistas, esta posição seria justa, compatível com a dignidade de comunistas.

A meu ver, o resultado mais imediato e importante na batalha que hoje todos os comunistas travam no mundo contra o culto à personalidade e suas conseqüências é de ser restabelecido em toda a plenitude o princípio marxista de só se considerar válida aquilo que é comprovado pela prática.

Neste sentido, encontramos nos atuais Estatutos do P.C.B. influências do culto à personalidade, como esta de confiança sem limites, que devem ser estirpadas para que os mesmos, deixando de ser um entrave, se tornem num instrumento impulsor do trabalho partidário. (Salvador — Bahia)

Nota da Redação da VOZ OPERÁRIA — O articulista se equivocou, ao falar em Resolução do C.C. O documento a que se refere é o Projeto de Resolução do C.C. publicado em nosso número 388.

Algumas Questões de Programa e Tática

(CONCLUSÃO DA 6ª PAGINA)

Em último caso, é necessário neutralizá-las e conseguir que passem de uma posição de neutralidade para o nosso lado, e entrem em aliança conosco, o que permite o desenvolvimento da revolução.

Houve um período (o da guerra civil de 1927 a 1936) em que alguns de nossos camaradas, empregando mecânicamente a fórmula stalinista à revolução chinesa, dirigiram o golpe principal contra as forças intermediárias, tomaram-nas como os inimigos mais perigosos, em consequência do que foram isolados e derrotados não os nossos verdadeiros inimigos, mas nós mesmos, o que se tornou vantajoso para os nossos verdadeiros inimigos.

Tudo leva a crer que o nosso caso é semelhante ao chinês. Mas ainda admitindo, para argumentar, que se aplicasse ao nosso país a fórmula de Stálin, ainda assim as forças a isolar não seriam as da burguesia nacional. Na fórmula em questão (ver o capítulo «Estratégia e Tática», em «Sobre os fundamentos do leninismo», de Stálin), trata-se das etapas da revolução e da estratégia do Partido. Assim, na primeira etapa, o objetivo é a derrubada do tsarismo, a completa liquidação das sobrevivências medievais, sendo a força fundamental da revolução o proletariado e a reserva imediata os camponeses. O golpe principal é dirigido no sentido de isolar a burguesia monárquico-liberal, «que se esforçava por atrair os camponeses e liquidar a revolução chegando a um acordo com o tsarismo». Na segunda etapa (de fevereiro a outubro de 1917), o objetivo é derrubar o imperialismo na Rússia e fazer sair o país da guerra imperialista. A força fundamental da revolução é o proletariado e a reserva imediata os camponeses pobres. Direção do golpe principal: isolar a democracia pequeno-burguesa (mencheviques e social-revolucionários), «que se esforçavam por atrair as massas trabalhadoras do campo e pôr fim à revolução chegando a um acordo com o imperialismo».

Tanto na primeira etapa como na segunda o golpe principal estratégico se dirige evidentemente contra forças que estão fora do plano de distribuição das forças revolucionárias, e que, ao contrário, se interpõem entre estas e o objetivo a atingir (a burguesia liberal, no primeiro caso, e os mencheviques e social-revolucionários, no segundo).

Ora, mesmo admitindo que esse esquema russo se adaptasse ao Brasil, como conceber que o golpe principal fosse voltar-se contra forças destinadas a integrar a frente democrática de libertação nacional? Chamamos a burguesia nacional a formar nessa frente (para onde a levam, de resto, as condições objetivas) e ao mesmo tempo proclamamos que para atingir o nosso objetivo — o objetivo da frente, na etapa dada — devemos assentar o golpe principal contra um dos nossos aliados, embora ainda em potencial, e contra sua influência ideológica! É levar longe demais o conceito de «aliança e luta», travando a luta de modo a impedir a aliança.

Mesmo que tais coisas não se publicassem na imprensa diária, e até mesmo se se conservassem em segredo, é evidente que uma tática subordinada a semelhante estratégia não nos levaria a avançar um passo e só poderia conduzir, como aconteceu em certa fase com os chineses, ao isolamento. Não fossem as imposições do simples bom senso político, ditado pela experiência prática e revogando na prática o sectarismo dessa concepção, não teríamos alcançado nem um só dos pequenos êxitos que conseguimos.

E se a questão se coloca no plano da luta «apenas» ideológica, ainda aí não estaríamos em melhor situação. Pois teríamos então que em vez de combater em primeiro lugar a influência ideológica do imperialismo e dos latifundiários, o golpe principal seria dirigido contra a ideologia da burguesia nacional. Chegaríamos a conclusões lamentáveis, que impediriam, em particular, qualquer política de frente única no setor da intelectualidade brasileira.

Certos elementos de uma nova tática, em desacordo com concepções programáticas esquerdistas, já estão contidos no Informe e na resolução do Comitê Central do P.C.B. sobre o trabalho feminino, de maio do corrente ano. Mas a própria realização de uma conferência para tratar exclusivamente do problema feminino (já objeto de outra reunião do Comitê Central, o ano passado), assemelha-se muito a uma desconversa com relação aos problemas centrais que o Partido tinha a enfrentar, relacionados com o XX Congresso do P.C.U.S. E de resto o informe do Comitê Central, de autoria do camarada Luiz Carlos Prestes, ao descrever a situação de atraso da mulher brasileira, o faz de maneira unilateral, sem frisar convenientemente um fato que aí está nas nossas barbas, e que é o ascenso social da mulher brasileira, sua crescente participação na vida do país, seus êxitos na luta pela liquidação dos velhos preconceitos. A situação da mulher brasileira é equiparada no informe à dos países mais atrasados do mundo; nenhuma diferença entre Rio de Janeiro e Bagdá, entre a operária paulista e a algeriana de véu. Detalhe significativo: a resolução do C.C. recomendava que todas as organizações do Partido se preocupassem com a difusão organizada de certa revista, «única publicação progressista feminina» no país. Uns três meses depois dessa resolução, melancolicamente a revista deixava de circular — morria estrangulada pelo sectarismo.

Teremos todos uma parcela, maior ou menor, de responsabilidade pela séria situação criada em nosso Partido, que, efetivamente, foi dos que mais se deixaram penetrar pelos erros derivados do culto à personalidade. Gerou-se entre nós uma atmosfera irrespirável de auto-suficiência, de dogmatismo, de sujeição da realidade à camisa de força dos nossos esquemas. Convictos de que «o Partido é tudo» — e embora já se tivesse destacado a necessidade de «mudar a própria natureza do nosso Partido, que nos últimos anos voltou-se em excesso para si mesmo, para dentro» (discurso de Prestes no encerramento do IV Congresso, em «Problemas», n.º 71) — esquecemos que o Partido é parte da vida social brasileira, esquecemos que existe um caráter nacional brasileiro do qual nos cabe ser a expressão mais alta e combativa. Subtletivamente, vivemos oscilando entre uma jactância

às vezes pueril e aquilo a que se poderia chamar «visão cataclísmica» dos acontecimentos. Dessa jactância há inúmeros exemplos, inclusive os proporcionados pelo autor deste artigo na sua atividade jornalística. Quanto à visão cataclísmica, ela se exprime na atitude seguinte: ou nós, imediatamente e cem por cento, ou o fim de tudo. Possuídos dessa visão, procuramos convencer a opinião pública de que a alternativa à aceitação de nossos métodos e pontos de vista é o desastre mais total e apocalíptico. Exemplo típico: o famoso «dilema» do Manifesto de Agosto, que ainda prevalece na prática. Daí sermos levados a aceitar como verdade as previsões e boatos mais alarmistas, desde que venham reforçar a ponta pessimista do dilema. (No Manifesto em questão chega-se a escrever que os imperialistas pretendiam recrutar nada menos de dois milhões de brasileiros para incorporá-los às suas forças armadas.)

Dessa mesma visão cataclísmica está elvado todo o Programa. Como a luta armada revolucionária para a der-

rubada do regime se proclama saída única, passa-se a vez as coisas, por assim dizer, do ponto de vista do guerrilheiro, ainda como em 1930.

A experiência do movimento socialista internacional e da luta de libertação nacional dos povos oprimidos, generalizada no XX Congresso do P.C.U.S., encerra efetivamente um caráter programático que nos cumpre estudar. Mas não se trata, desta vez, da aplicação de uma receita, aliás inexistente: trata-se de partir da realidade nacional e encontrar, enfim, o caminho brasileiro para as transformações de que o país necessita. Parece-nos fora de dúvida a esta altura, aquilo que o projeto de resolução do Comitê Central coloca sob a forma de «é admissível»: muitas das teses e fórmulas do Programa do P.C.B. de fato não correspondem às necessidades políticas do povo brasileiro nem à solução de seus problemas.

Corrigir Nossos Erros Para Melhor Servir Ao Nosso Povo

(CONCLUSÃO DA 7ª PAGINA)

graves. Não será fácil libertar-nos deles. A luta será árdua e profundamente ideológica. Nossa boca está torcida pelo uso do cachimbão... Ensinavam-nos ser dirigentes segundo o modelo de Stálin: — ser homens «duros». Diziam mesmo: — cada um deve ter em mira sempre o modelo de Stálin. Com isto desfigurávamos os homens, os quadros. E hoje podemos dizer que o Partido está cheio de «stalininhos», pelo mandonismo e etc., entre os quais, é claro, eu me incluo. Corrigir esta deformação, é tarefa que requer vigilância ideológica, que requer o mais amplo clima de democracia interna no Partido. As resistências não serão pequenas. Encontraremos até quem queira defender o novo, empregando os velhos métodos. Nós, os que temos a «boca torta», devemos nos reeducar. E alhem que muito pouca gente poderá ser professor nessa reeducação. Devemos aprender, fundamentalmente, com as massas, abandonando nossas posições de esplêndida auto-suficiência.

Nossa política de quadros tem que ser revista radicalmente. Muitos dos nossos conceitos sobre bolchevisação, devem ser encostados como coisas velhas e impraticáveis. Nossos conceitos sobre hierarquia nas fileiras do Partido e que eram claramente importados, devem ser democratizados, abram-se, desmilitarizados. Eis porque não posso concordar com o Projeto de Resolução do C. C., ao dar como causa de todos esses erros «...o próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas ainda muito vivas e nos restos patriarcalistas existentes na sociedade brasileira.» Sim, tudo isto, sem dúvida. Mas, também a influência dos métodos partidários que importamos, que transplantamos mecanicamente da União Soviética para cá, para só dizer da União Soviética.

E a crítica e autocritica? A coisa mais difícil em nosso Partido era a autocritica. Por que nos sentíamos mal ao fazer autocritica? A meu ver isto se deve ao caráter humilhante e opressor que damos à crítica, dificultando o criticado a aceitar as imputações que lhe fazemos. Nossas críticas são profundamente subjetivas. Mostramos um erro do camarada e logo entramos a dar como causa, não um equívoco, mas a ação consciente da influência da origem de classe do criticado, ou de que, sendo ele operário, está penetrado das influências burguesas e pequeno burguesas. De um erro, fazemos um crime, uma traição. Qual a consequência disto? Quando o elemento é o inimigo infiltrado em nossas fileiras, faz uma autocritica de palavras e se redime. Quando se trata de elemento honesto, fica oprimido, incapaz de defender suas opiniões; fica «machucado», incapaz de reconhecer-se um traidor. Mas, tanto martelamos que o camarada acaba fazendo uma autoflagelação para se ver livre. Ai, damos-nos por satisfeitos. Sou de opinião que devemos arrancar o caráter subjetivo de nossas críticas, possibilitando assim que seja tarefa agradável a autocritica. Que um camarada, ao autocriticar-se, sinta a sensação de quem está se libertando, sintam uma sensação agradável.

E os Estatutos? É evidente a necessidade de reformá-los, democratizando-os, abram-se, abram-se.

Outro exemplo de transplantação mecânica é a U. J. C. Por que manter uma organização de massas ilegal? Ela está cumprindo suas finalidades? Ela está contribuindo para ampliar a organização da juventude? Não estará entrando a organização da juventude? Certa vez ganhei uns adjetivos de «oportunistas» e «outras coisas mas», por ter defendido por escrito esta opinião. Era sempre assim. Quantos de nós procedemos assim com outros... Quem contrariasse nossas «verdades eternas», dizia-se: «Está especulando...» Então era melhor calar e bancar o «Maria vai com as outras». Como desfigurávamos os homens?! A pretexto de unidade, amalgamávamos-nos em rebanho, desfigurando homens inteligentes e corajosos, comunistas, homens que, se procuraram o Partido e nele ingressaram, é porque não concordaram com a exploração e a opressão das classes dominantes, não medindo sacrifícios na luta por vencê-las.

Ainda bem que fomos, desde agora, despertados para a necessidade de corrigir nossos erros e falhas, que se tornariam mais vastos e profundos no futuro.

III — NOSSOS METODOS DE ATUAÇÃO COM AS MASSAS

Julgo que o Projeto de Resolução do C. C. abre bastante a perspectiva de discussão neste terreno. Vou me referir apenas a uma questão:

Tratamos muitas organizações de massa como se fossem entidades vinculadas organizadamente ao Partido, chegando a estampar seus nomes em nossos documentos. Ora,

essas entidades congregam desde comunistas até a anticomunistas. Com que direito então, nós, um Partido ainda ilegal, queremos aparecer de público como orientadores dessas entidades? Estamos contribuindo para estreitá-las. Quem, não sendo comunista, quer ser taxado de tal? E ainda, ficamos dando armas à reação em suas investidas contra as entidades democráticas e patrióticas.

CONCLUSÃO:

Acho que o sentido ideológico do debate que ora se trava, é o da correção de nossos erros e falhas para melhor servir ao nosso povo.

Foi tendo isto em mira que procurei dar a contribuição de que me senti capaz.

Tenho convicção de que o presente debate irá remocar o Partido para as lutas cada vez mais complexas que estamos enfrentando. Crescerá a unidade em nossas fileiras em torno do Comitê Central. Crescerão nossas ligações com as massas, porque estamos procedendo como um Partido sério que, no dizer de Lênin, não teme vir a público revelar e autocriticar-se de seus erros e falhas.

Para diante, que o V Congresso será o coroamento desse debate fecundo.

(Belo Horizonte, 30 de outubro de 1956).

INFORME DE GOMULKA NO 8º PLENUM DO C. C. DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLONÊS

(CONCLUSÃO DA 5ª PAGINA)

tral. O próximo Congresso do Partido ocupar-se-á, certamente, destas questões.

O trabalho do governo exige, igualmente, ser melhorado. O Biro Político já adotou as primeiras decisões nesse domínio. A composição do governo deverá ser adaptada à realidade do país para a reorganização apropriada de sua atividade.

Aos numerosos males do período decorrido, devemos juntar o fato de que na prática da vida nacional a Dieta não cumpria suas tarefas constitucionais. Atualmente nós nos encontramos em face à eleição de uma nova Dieta que deverá ocupar em nossa vida política e nacional o lugar que lhe determinou a Constituição.

No programa dos projetos tendo em vista a democratização, da eleição da Dieta ao papel do mais elevado órgão do poder do Estado será da maior significação. A tarefa essencial da Dieta é exercer o poder constitucional e o controle mais elevado.

A promulgação de decretos pelo Conselho de Estado deveria ser limitada às questões inadiáveis e ao mesmo tempo deveria ser garantido à Dieta o direito de abolir ou modificar estes decretos.

A Dieta deveria controlar o trabalho do governo e dos órgãos do Estado em um vasto domínio. Para isso é necessário fazer certas modificações na Constituição.

Considero que o controle pela Dieta dos órgãos executivos do poder do Estado deveria ser realizado por uma instituição dependente diretamente da Dieta e não, como até o presente, do governo. Convém restabelecer a Câmara Suprema de Controle do Estado, dependente da Dieta.

Considero igualmente que a Dieta deveria ter o direito de controle sobre os acordos comerciais concluídos com outros países.

O fato de o governo e a Dieta porem a sociedade ao corrente de nossos acordos comerciais golpeará automaticamente qualquer desacerto relativo ao nosso comércio exterior.

Criação da Confederação Nacional dos Bancários

Realizou-se nos dias 22 a 28 de outubro, em Porto Alegre, o VI Congresso Nacional dos Bancários. Foi, sem dúvida alguma, o mais importante Congresso que os bancários realizaram. Esta é a opinião dominante entre os participantes do conclave nacional dos empregados em estabelecimentos de créditos.

Tomaram parte no Congresso 34 sindicatos, 1 federação, a dos Bancários do Estado do Rio Grande do Sul, a Comissão Executiva Nacional, os membros da Comissão Fiscal do Instituto de Aposentadoria dos Bancários, delegados eleitos do I.A.P.B. e representantes de 7 Cooperativas de Consumo de Bancários. O I.A.P.B. foi representado diretamente pelo seu presidente, o bancário Enos Sadock de Sá Mota, eleito pelos próprios bancários. Além do presidente, o I.A.P.B. enviou um corpo de técnicos para acompanhar e assessorar o Congresso. Participaram do certame 119 delegados eleitos e credenciados, agora os assessores e técnicos do I.A.P.B. Enviaram delegados os Estados de São Paulo, Pernambuco, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Paraíba, Pará, Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Estado do Rio e Distrito Federal.

O temário constou dos seguintes pontos:

1 — Legislação do trabalho. Fiei cumprimento por parte de todos os bancos do horário corrido de 6 horas. Trabalho do menor e da mulher. Horário dos comissionados. Fiscalização das leis trabalhistas pelos órgãos sindicais. Revogação do decreto 9.070. Acidentes do Trabalho.

2 — Previdência Social. Aposentadoria ordinária do bancário. Pensões. Empréstimos simples (limite e taxa). Aplicação de benefícios. Auxílio maternidade. Assistência médica e hospitalar. Carteira imobiliária. Construções, locação e alienação de casas para os bancários. Auxílio funerário. Seguro social.

3 — Condições de trabalho. Organização de quadros em todos os estabelecimentos bancários do país. Retorno da estabilidade aos dois anos. Contratos coletivos. Licenças com todas as vantagens aos dirigentes sindicais.

4 — Assuntos gerais. Extinção do trabalho aos sábados. Padrão de vida. Quinquênios. União nacional dos bancários. Carestia de vida. Salário profissional e salário família. Isenção dos impostos de renda e transmissão «inter-vivos» e «causa-mortis». Campanha nacional para aumento de salário dos bancários. Liberdades sindicais e direito de greve. Custo de vida e estatísticas oficiais. Transferências compulsórias de uma para outra agência. Isenção dos impostos indiretos sobre gêneros de primeira necessidade. Reemprego para funcionários dos Bancos em liquidação extra-judicial. Incentivo aos desportos. Cooperativismo.

5 — Planejamento de campanhas de âmbito nacional que visem a concretização das reivindicações, que ficarão a cargo da CEN e todas as entidades sindicais bancárias do Brasil. 1º) Aposentadoria ordinária — 2º) Aumento de salários — 3º) Horário de 6 horas para os funcionários de portaria — 4º) Extinção de trabalho aos sábados — 5º) Reemprego para os funcionários dos Bancos em liquidação extra-

O MAIS IMPORTANTE CONGRESSO REALIZADO PELOS BANCÁRIOS — REPRESENTADOS UMA FEDERAÇÃO E 34 SINDICATOS DE 18 ESTADOS E DO RIO — RESOLUÇÕES

O Congresso enviou na primeira sessão plenária, um telegrama de solidariedade aos jornalistas reunidos em Goiânia e adotou medidas em defesa do monopólio estatal do petróleo e da industrialização nacional dos minerais não-metálicos.

CONGRESSO DE UNIDADE E REALIZAÇÕES

Por ser um conclave onde todos os assuntos foram vivamente debatidos, sem formalismo, de forma viva e enérgica é que se pode avaliar a unidade alcançada.

Neste Congresso criou-se uma nova modalidade de trabalho. Para que as resoluções do conclave não ficassem no papel, a Comissão de Planejamento estudou detalhadamente a maneira de execução das tarefas oriundas da reunião nacional dos bancários. O plano a ser desenvolvido pelos bancários e suas organizações será dirigido e controlado pela Comissão Executiva Nacional.

Como principal resolução orgânica o VI Congresso deliberou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito. A Confederação é uma necessidade e as condições para sua formação já estão maduras. Durante todas as lutas que os bancários realizam, a necessidade de um centro permanente de ordenação e orientação aparece nítida.

A Comissão Executiva Nacional tem desempenhado esse papel pioneiro e preparador. A Confederação surgirá como uma decorrência das lutas unitárias dos bancários e alicerçada em fortes organizações sindicais nos Estados e Municípios.

VII CONGRESSO EM BELO HORIZONTE

Por último o VI Congresso, deliberou que no fim do ano próximo se reúna o VII Congresso em Belo Horizonte — Minas Gerais.

Nesse certame será feito o balanço das realizações planejadas no Congresso que acaba de ser realizado em Porto Alegre e possivelmente se homologará a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, grande aspiração dos bancários de todo o Brasil.

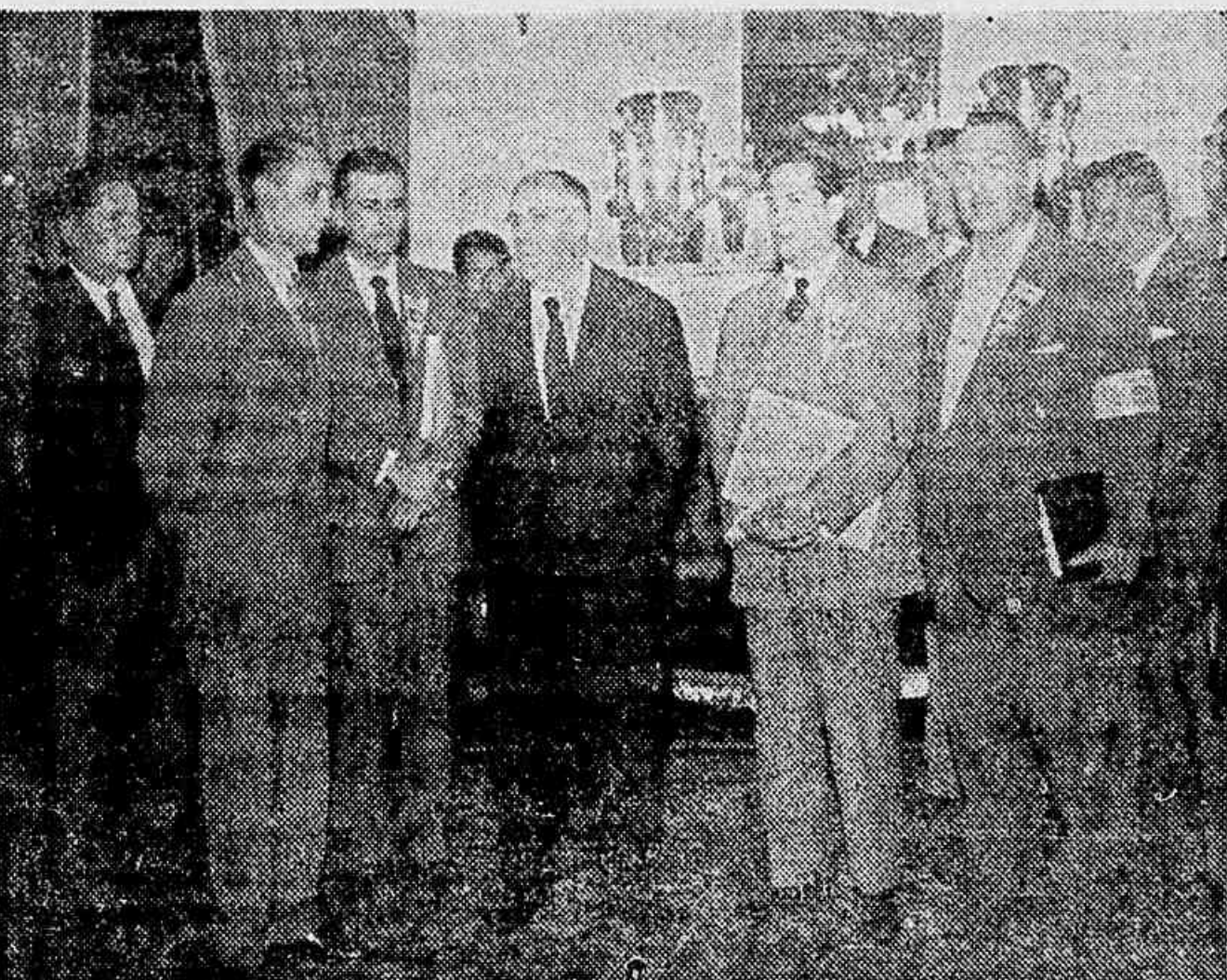
Judicial — 6º) Revogação do decreto 9.070 — 7º) Feriado nacional para o dia 28 de agosto, dia nacional dos Bancários — 8º) Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito.

COMISSÕES E DEBATES

Constituíram-se 5 comissões, que trabalharam intensamente. As reuniões das Comissões foram acompanhadas com vivo interesse pelos delegados, tendo os assessores do IAPB participado de seus trabalhos.

Os debates nas reuniões plenárias foram intensos e vivos. Os assuntos apresentados pelos relatores das Comissões, como a da Previdência Social, horário corrido, estabilidade aos dois anos, carestia de vida, fiscalização das leis trabalhistas, organização sindical dos bancários, principalmente a criação da Confederação, a função das cooperativas apaixonaram os delegados.

As teses apresentadas foram aprovadas por unanimidade.



Durante o VI Congresso, os delegados foram recebidos pelo governador Ildo Meneghetti. Na foto, aparecem, entre outros, os dirigentes bancários Breno Silveira, Adão Sousa Pinto, Huberto Menezes Pinheiro, o governador gaúcho, Enos Sadock de Sá Mota e Vicente Rão.

MARCENEIROS, GRÁFICOS E SAPATEIROS LUTAM PELO REAJUSTAMENTO SALARIAL

VARIAS corporações de trabalhadores do Distrito Federal estão empenhadas atualmente em campanhas pelo reajustamento salarial, visando equilibrar os salários dos operários profissionais, qualificados, em relação ao mínimo vigente. O decreto que instituiu os novos níveis de salário-mínimo tem sido aproveitado pelos patrões para, na prática, rebaixar os ordenados dos profissionais, que ficaram ganhando os Cr\$ 3.800,00 ou pouco mais — o mesmo que ganham os serventes, por exemplo. Dal a justiça da reivindicação dos trabalhadores.

As principais categorias que lutam pelo reajustamento são:



MARCENEIROS — Reivindicam 40 por cento de aumento, com mínimo de Cr\$ 1.400,00. Durante esta semana, participaram de uma mesa-redonda com os patrões e o DNT, em busca de um entendimento.



GRÁFICOS — A tabela de reajustamento proposta pelos gráficos de casas de obras é a seguinte: em relação aos admitidos até o dia 10-11-55, que ganham de Cr\$ 2.400,00 a Cr\$ 3.800,00, aumento de Cr\$ 1.800,00 mensais; de Cr\$ 3.801,00 a Cr\$ 6.000,00 de 50 por cento; de Cr\$ 6.001,00 a Cr\$ 8.000,00 de 45 por cento; de mais de Cr\$ 8.001,00, 40 por cento. Para os admitidos após o dia 10-11-55, aumento calculado sobre o último acordo ou sobre o salário que o empregado recebia.



SAPATEIROS — Os patrões dos trabalhadores na indústria de calçados têm-se mostrado intransigentes, inclusive recusando a última tabela (Cr\$ 1.400,00 aos mensais e 50 por cento aos tarefeiros) proposta pelo sindicato. Diante disso, os trabalhadores solicitaram uma mesa-redonda no DNT com os patrões, para uma última tentativa de acordo, no próximo dia 12. Se os patrões mantiverem-se irredutíveis, os sapateiros marcharão para a greve, pois não estão dispostos a permanecerem ganhando, em média, Cr\$ 130,00 por dia, como acontece.



TRABALHADORES EM PRODUTOS FARMACÊUTICOS — Iniciaram agora o movimento reivindicatório, tendo realizado nesta semana uma grande assembléia no Palácio de Alumínio para apreciar a proposta de tabela que farão aos patrões.

Além dessas corporações, outras estão empenhadas em campanha pelo reajustamento, como de trabalhadores em energia, em telefones, etc.

Servidores Debatem Sua Organização Nacional

ESTUDAR e coordenar medidas para a criação de um órgão confederativo tal foi a principal resolução da I Conferência Nacional das Associações de Servidores Públicos, reunida no Rio nos dias 1, 2 e 3 do corrente. A Conferência foi convocada

pela UNSP em cumprimento de resolução do seu III Congresso, realizado em Salvador, e contou com a presença de 44 delegados de vários Estados.

ASSOCIAÇÕES PRESENTES

Fato importante — que demonstra a marcha das mais diversas entidades de servidores no caminho da unidade — foi a presença de dezenas de organizações de caráter nacional, estadual e municipal e de setores específicos, inclusive várias que não participam de campanhas da UNSP. Entre outros, compareceram representantes da União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, da União Geral dos Funcionários Cíveis do Brasil, das associações de fiscais aduaneiros de nove cidades, da Casa da Guarda Cível, das associações de servidores do HSE, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do DNER, dos ferroviários da Santos-Jundiaí, etc.

ÓRGÃO CONFEDERATIVO

Em relação à unificação e organização nacional do funcionalismo público, deliberou a Conferência criar um Sírio Nacional e birôs estaduais, integrados pelas entidades presentes e as que desejarem posteriormente fazer parte dos mesmos. O objetivo desses organismos será, como afirma a resolução, estudar e tomar providências coordena-

nativas sobre a melhor forma de congregar as associações em órgãos de caráter federativo, unidos por um órgão confederativo.

Dentro de um ano realizará-se a II Conferência Nacional, para examinar os resultados e propostas e tomar as deliberações decorrentes.

CLASSIFICAÇÃO: SUBSTITUTIVO

Outra resolução adotada comendava que os servidores das antigas Verbais 3 e 4 (atualmente Dotações Globais) sejam aproveitados em tabela numérica especial, com regime jurídico do Estatuto do Funcionalismo Público, quando exerçam funções de caráter permanente; quanto aos que executem serviços de natureza temporária, deverão ficar submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Foi debatida, igualmente, a principal reivindicação dos servidores — o projeto de classificação de cargos e funções. O projeto enviado pelo Executivo à Câmara foi considerado inaceitável e sem condições, sequer, para servir de base para as modificações que os servidores reivindicam. Em vista disso, criou-se uma comissão especial para apresentar ao julgamento do funcionalismo de todo o país um substitutivo a ser levado ao Congresso, que estará pronto dentro de 30 dias.

VOZ dos Leitores

Manobras da Bangu Contra o Reajustamento e o Salário-Mínimo

«A fábrica Bangu (D. F.) insiste no seu plano de voltar ao pagamento mensal aos operários, em lugar do pagamento quinzenal que foi conquistado recentemente. Corre aqui o rumor de que, em compensação, seria fornecido crédito aos trabalhadores na Cooperativa da fábrica, para comprarem gêneros e abastecimento»

Os operários, entretanto, preferem o pagamento quinzenal e, nesse sentido, correu pela fábrica um memorial recolhendo assinaturas.

Isso é considerado uma maneira de negar o salário-mínimo de Cr\$ 3.800,00 e o reajustamento dos operários (profissionais, fiandeiros, tecelões, etc.). Não é por outra razão que a conquista de 40% de aumento para os tecelões da «sala velha» (sobre o salário anterior ao decreto dos Cr\$ 3.800,00) foi desrespeitado na última quinzena. No automático, por sua vez a cia. propôs um reajustamento de 25%, mas condicionando-o à eficiência (qualquer canastra ou pingo de óleo diminui o salário e faz baixar mesmo o ordenado anterior, devido aos esforços do operário em manter a eficiência).

Vê-se, assim, que as manobras da cia. visando negar o justo reajustamento combinasse com as tentativas de voltar ao pagamento mensal sob a promessa de crédito fácil. Diante disso, os operários procuram fortalecer a unidade para a conquista de 30% de reajustamento. (Do Correspondente da VOZ na fábrica Bangu — D. F.)

ATIVIDADE SINDICAL EM SANTO ANGELO

SANTO ANGELO, RS (Do correspondente sindical) — Realizou-se em outubro, a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, que constituiu uma demonstração de unidade operária. Concorreu uma única chapa, eleita por unanimidade: Luiz Júlio Bandeira, presidente; Pedro Nunes de Freitas, tesoureiro, e Anna Guimarães Cirmer, secretária. O Conselho Fiscal compõe-se dos srs. Jorge Menezes, Estanislau Koge e José Pillat, e os srs. Ulisses Machado e Ivo Romou Lorenzan foram eleitos para representar o Sindicato na Federação. Os suplentes do Conselho Fiscal são todos do sexo feminino, o que é um fato inédito no Estado.

Deferido pelo ministro do Trabalho, a Associação transformará-se no segundo sindicato da cidade.

A assembléia foi precedida de grande propaganda através da imprensa e o rádio locais, além de volantes. Grande número de trabalhadores compareceram, assim como os vereadores Crespo de Sousa e Mateus Beech, e o sr. José Carlos Cardoso, agente do I.A.P.I. Na ocasião foi aprovado um telegrama de protesto contra os espancamentos de estudantes e operários de Porto Alegre, quando da greve dos panificadores.

DESEMPREGO

Dezenas de trabalhadores estão desempregados, nesta cidade, particularmente no setor da construção civil. Após a decretação do novo salário-mínimo, o prefeito despediu vinte trabalhadores e o curume de João Basso, quarenta. Entretanto, várias obras continuam paralizadas, como o grupo escolar da zona industrial, dois pavilhões da futura Escola Profissional Sepe Tiarajú, etc., que poderiam estar ocupando agora os desempregados.



Vitória de Têxteis em Juiz de Fora

Do correspondente da VOZ em Juiz de Fora (M.G.), recebemos:

«Em setembro do corrente ano, chegou à Cia. Industrial Mineira um americano chamado Werner, cuja missão especial era aumentar a exploração dos operários e os lucros dos patrões.

No primeiro dia, ao entrar na fábrica, este senhor disse, como se fora um capataz do «far-west»: «Farei esta fábrica funcionar com a metade do pessoal». Seguiram-se, então, diversas medidas arbitrárias e injustas, demissões, suspensões, repreensões, etc., que provocam a justa indignação dos trabalhadores.

Após o decreto dos novos níveis de salário-mínimo a fábrica passou a exigir que os operários trabalhem com 4 ou mais tearas, havendo mesmo os que tocam 12 tearas. E como se isto não bastasse, ainda diminuíram o preço do pano, o que obriga os operários a trabalhar muito mais para obter o salário-mínimo.

Recentemente, não suportando mais esse estado de coisas, os operários paralizaram o trabalho por duas horas e meia, exigindo o aumento do preço do pano. Organizaram uma comissão de 18 trabalhadores e foram à gerência, conquistando a vitória com o aumento do preço do pano. Continuam, porém, as suspensões, comandadas pelo sr. Werner. Os operários, no entanto, estão dispostos a lutar contra elas e compreendem que a unidade lhes garantirá mais uma vez a vitória».

Gráficos de Belém em Greve

Belém, PA (Do correspondente) — Por deliberação da assembleia geral do Sindicato, entraram em greve no dia 29 de outubro os gráficos de Belém (exceto os que trabalham em empresas jornalísticas, cujas reivindicações foram atendidas). A greve paralisou cerca de 18 empresas gráficas da Capital e foi deflagrada devido à intransigência dos patrões em conceder o reajustamento dos salários. Há três meses os gráficos vêm reivindicando o aumento de

Cr\$ 1.800,00 sobre os salários percebidos em 1955, sempre recebendo a recusa patronal.

Em sua luta, os gráficos contam com a solidariedade dos demais trabalhadores de Belém. Os presidentes dos Sindicatos dos marceneiros, sapateiros, alfaiates, têxteis, trabalhadores em artefatos de couro e na indústria de alimentação, e da Federação dos Trabalhadores, compareceram à assembléia para solidarizar-se com os gráficos.

INVESTIDURA SINDICAL

A Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário realizou em fins de outubro grande assembléia, na qual foi aprovada por unanimidade uma proposta requerendo a investidura sindical da entidade.

Rua Abandonada em P. de Caldas

Do Correspondente da VOZ em Poços de Caldas (M. G.) recebemos:

«Os moradores do bairro Cascatinha estão protestando contra o completo abandono em que se acha um trecho da Avenida Beira Rio, (entre a rua Correia Neto e a ponte de madeira da Cascatinha, coberto de mato, às escuras e invadido pelas enxurradas. Aquela via pública é bastante movimentada e não se justifica tal descuido por parte da Prefeitura e do Departamento Municipal de Eletricidade.

Por outro lado, os preços continuam subindo no mercado municipal e os gêneros de primeira necessidade custam um absurdo. O tomate está sendo vendido por Cr\$ 28,00 o quilo, o xuxú custa Cr\$ 3,00 cada, e assim por diante».

NOTA AOS LEITORES E CORRESPONDENTES

ALGUMAS vezes recebemos cartas, artigos ou reportagens sem assinatura e endereço do remetente, e até mesmo sem indicação do Estado ou município de onde provieram. Essas cartas e matérias não são publicadas ou aproveitadas por VOZ OPERÁRIA, pois é uma praxe jornalística a não publicação de correspondências anônimas.

Em vista disso, solicitamos aos nossos leitores e amigos que, quando nos escreverem,

assinem a carta e coloquem seus endereços. Se porventura não desejarem que seus nomes sejam publicados no jornal, escrevam também um pseudônimo ou simplesmente mencionem este desejo e serão atendidos. Por outro lado, o envio do nome completo e endereço do remetente permitir-nos-á escrever-lhe diretamente, quando houver necessidade de esclarecer qualquer dúvida.

FALECIMENTO

FALECEU no dia 28 de outubro, em João Pessoa (Paraíba), o sr. Antônio Gama, conhecido como «mestre» Gama, construtor e industrial naquela capital. O extinto era pessoa muito relacionada na cidade, amigo e leitor de VOZ OPERÁRIA.

INJUSTAMENTE ACUSADO

DO Sr. Antônio Monteiro e Silva, de Toledo (S.P.), recebemos:

«O ferroviário Lázaro da Silva trabalha há quinze anos na Sorocabana, em Toledo, município de São Manuel, tendo sido admitido como portador. Há algum tempo, ele foi injustamente acusado de participar de um roubo de café, o que é uma calúnia. Desde então, vem sofrendo perseguição por parte da administração da ferrovia e, embora inválido de uma perna e tendo família de sete pessoas, é removido para lugares que nem solteiros podem agüentar.

Ele já solicitou justiça para seu caso, inclusive com uma circular de recomendação do governo estadual, mas nada tem sido feito para apurar devidamente a questão.

Despedidos Após 35 Anos

Numa fazenda da família do sr. Adhemar de Barros trabalhava, há 35 anos, o lavrador José Garcia Moreno. Embora ali estivesse desde sua infância, este trabalhador foi injustamente despedido em junho do corrente ano e, o que é mais grave, sem receber nenhuma indenização e outros direitos. O sr. Garcia Moreno já fez queixa à Justiça do Trabalho local, mas não conseguiu nenhuma solução; agora, procurou a Promotoria Pública e parece que o Promotor deu-lhe alguma esperança.

Essas arbitrariedades e desrespeitos às determinações da Legislação Trabalhista são freqüentes por aqui. É necessário que os trabalhadores agrícolas possuam a sua organização para que possam se esclarecer sobre essas questões e lutar por seus direitos com pleno conhecimento de causa.»



Vitória dos Lavradores

ARQUIVADO PROCESSO CONTRA ALTAB

BARBETOS, S. Paulo (Do correspondente) — Repercutiu favoravelmente entre os lavradores desta cidade a notícia da próxima reabertura da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Barretos, em virtude do arquivamento do processo policial movido contra o sr. José Machado Borges, presidente da entidade.

Como se sabe, em princípios de abril de 1956 a ALTAB foi fechada pela polícia local, com auxílio de «tiras» do DOPS, sendo instaurado depois um processo na justiça local. A decisão do juiz da Comarca está baseada em longo parecer do promotor público que desfaz todas as provocações da polícia e reconhece a legalidade da Associação. O parecer acentua que a entidade é registrada e filiada à ULTAB que também é registrada, e como não estava praticando nenhum crime, o processo devia ser arquivado.

Com base nessa decisão, o advogado da ALTAB está providenciando os documentos necessários para conseguir a restituição dos livros e demais documentos indispensáveis ao livre funcionamento da organização dos trabalhadores rurais.

CRÍTICAS A «NOTÍCIAS DE HOJE»

O SR. ODILON SILVA, de São José do Rio Preto (São Paulo) enviou-nos uma carta contendo observações críticas sobre as relações da administração de «Notícias de Hoje» com a agência daquele matutino no citado município, que resumimos a seguir:

«Há meses não recebemos normalmente «Notícias de Hoje»; ultimamente, tornou-se norma receber o jornal só 5 vezes por semana. Entretanto, em nossa dívida são incluídos todos os jornais que não recebemos, inclusive os encalhes. Em vista disso, resolvemos só pagar os jornais que recebemos no dia, pois os que chegam com um dia de atraso não se vendem.

Por outro lado, as reportagens que enviamos não são publicadas, em geral, e quando publicadas, o são com grande atraso e truncadas. Acho que existe desorganização, burocracia e substituição pelas cidades do interior. Mas, se temos deveres, também temos direitos; se a administração tem direitos, também tem deveres».

POSTA RESTANTE

PROMISSÃO (S. Paulo)

— Estamos providenciando junto a um advogado as respostas às questões apresentadas na carta de 4-10-56, do sr. João Martins Campos, que lhe enviaremos em breve.

OPERÁRIOS DE CACHOEIRA DO SUL DIRIGEM MEMORIAL A KUBITSCHKE

CACHOEIRA DO SUL, R.G.S. (Do Correspondente) — Os trabalhadores da Companhia Brasília Ponte do Fandango dirigiram um memorial ao presidente Kubitschke solicitando apoio e providências no sentido de que sejam reajustados seus salários. O memorial, que é assinado por numerosos operários diz que «a situação dos trabalhadores é precaríssima devido à corrida altista dos preços dos gêneros de primeira necessidade, que torna nossos salários cada vez mais minguados e cria terríveis dificuldades para nossas famílias».

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Cr.\$	
Anual	100,00
Semestral	50,00
Trimestral	25,00
Núm. avulso	1,50
Núm. atrasado	2,00
Aérea ou sob registro, despesas a parte ..	
Preço no R. G. S., Sta. Catarina e Paraná	2,00
Distrito Federal e São Paulo	1,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

Enderêço Telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZ PÉRIA

Suslov: Uma Séria Ameaça Aos Países Socialistas Aproximar de Suas Fronteiras Bases do Imperialismo

A data de 7 de novembro, que assinala o 39º aniversário de Revolução Socialista de Outubro, foi comemorada em Moscou, Pequim e nas capitais do mundo socialista com grandes homenagens.

Em Moscou realizou-se o tradicional desfile militar, seguido da demonstração dos operários, empregados, intelectuais, universitários, que desfilaram na Praça Vermelha diante das autoridades do Governo e dos dirigentes do PCUS.

Falou aos milhares de manifestantes, após passar em revista as tropas da guarnição de Moscou, o ministro da Defesa, marechal Gregori Jukov. Referindo-se à situação internacional, disse ele: "No que se refere à União Soviética, está preparada, de acordo com a decisão da ONU, para desempenhar um papel real com as suas forças armadas, na liquidação desta agressão".

Jukov também se referiu à situação na Hungria, assegurando que a reação e o

fascismo tinham sido esmagados naquele país. Disse que o movimento fora desencadeado por forças contra-revolucionárias que visavam a liquidação do regime democrático popular e a restauração do fascismo. "Os patriotas húngaros — prosseguiu — juntamente com unidades de Exército Soviético chamadas a auxiliar o governo de operários e camponeses, puseram fim resolutamente à reação e ao fascismo na Hungria".

A SESSÃO DO SOVIET DE MOSCOU

A sessão do Soviet de Moscou, que antes se realizava na véspera da grande data no Bolshoi Teatre, teve lugar no novo Estádio Lênin, o maior da capital soviética. Em nome do Partido e do Governo Soviético, usou da palavra Mihail Suslov, membro do Presidium e Secretário do Comitê Central do PCUS,

COMO FALARAM EM MOSCOU NO 39º ANIVERSÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO M. A. SUSLOV E O MARECHAL JUKOV, MINISTRO DA DEFESA DA U. R. S. S.

que declarou inicialmente: "Pelos esforços da União Soviética, da China Popular e das democracias populares, bem como dos países pacíficos da Ásia e da Europa, pode ser diminuída a tensão internacional".

Adiante, Suslov disse: "Entretanto, isto não era do agrado de certas potências ocidentais. Nestes últimos dias foi cometida uma agressão contra o Egito. Enquanto os povos esperavam, com legítimo direito, a conservação da paz mundial, a França e a Grã Bretanha a desafiaram".

"O sentido dos acontecimentos é claro — prosseguiu Suslov — trata-se de uma tentativa desesperada de colonialistas franceses e britânicos de restabelecer no Ori-

ente o jugo imperialista. São necessários atos enérgicos de todos os países livres para impedir a propagação da guerra. A ONU deve condenar os agressores. A União Soviética não só condena, mas exige sanções contra os agressores".

OS ACONTECIMENTOS DA HUNGRIA

Tratando dos acontecimentos da Hungria, Suslov declarou que a reação mundial fez para levar à ruína o campo socialista e referiu-se aos milhões de dólares gastos com esse objetivo, aos balões portadores de boletins e às tentativas feitas para aproveitar-se de certos erros cometidos nas democracias

populares. "Os acontecimentos da Hungria são disso uma prova" — afirmou.

"Face às forças da reação — disse adiante — o governo Nagy abandonou progressivamente suas posições. Os grupos contra-revolucionários se desenfreadam. Para ali estavam sendo enviadas armas. Uma vitória da reação colocaria em perigo todos os outros países socialistas.

Nesse momento gravíssimo, as forças saudáveis do país adotaram a única solução possível: barrar o caminho ao fascismo. O governo húngaro pediu à União Soviética que emagrasse a contra-revolução na Hungria".

"A Hungria foi, é e será um país livre e democrático".

Analisando a situação interna da Hungria, que levou à crise política e à luta armada, Suslov afirmou: "Os antigos dirigentes húngaros cometeram muitos erros grosseiros e provocaram descontentamento das massas. Os elementos imperialistas, diri-

gidos pela reação do exterior, aproveitaram-se disso para desencadear um ataque contra as forças populares, tentando restaurar o capitalismo.

A vitória do fascismo e da reação na Hungria teria sido não somente um grave perigo para as conquistas dos trabalhadores húngaros, mas teria representado uma séria ameaça para os países socialistas vizinhos, ao aproximar de suas fronteiras bases imperialistas. No interesse de seu povo, o governo socialista húngaro dirigiu-se ao comando do exército soviético para ajudá-lo a vencer às sombrias forças da reação. As forças socialistas húngaras, ao lado das unidades do exército soviético, esmagaram as forças da reação e restabeleceram a ordem e a calma no país".

Concluindo, afirmou Suslov: "A Hungria foi, é e permanecerá na família dos países socialistas, como Estado livre, independente e com igualdade de direitos".

CONFISCO CAMBIAL

Serve aos Grandes Latifundiários

ESTÁ marcada para 10 do corrente, em São José do Rio Preto (São Paulo) mais uma concentração de fazendeiros, da série que vem sendo patrocinada por entidades ligadas à Confederação Rural Brasileira, no interior paulista e paranaense, com o objetivo de exigir do governo a supressão do chamado "confisco cambial". Ainda mais que as anteriores, a concentração de São José do Rio Preto vem sendo precedida de enorme propaganda, feita em nome da Associação Rural do Município. Milhares de boletins explicando, à moda dos patronos do movimento, o que é o "confisco cambial", vem sendo distribuídos. Outros boletins procuram envolver os situantes, meeiros e colonos na luta, dando a estes uma "explicação" engenhosa segundo a qual a extinção do "confisco" lhes interessa diretamente.

A base de declarações do ministro da Fazenda, publicadas na "Folha da Manhã" (de São Paulo) a 28 de outubro, segundo as quais foram exportadas 1.700.000 sacas de café no ano agrícola de 1956, a propaganda da concentração afirma que daquele total o governo, por meio do "confisco", apropriou-se de 85 bilhões de cruzeiros, escamoteados à lavouira. Isso, dizem alguns fazendeiros, impediu que fossem pagos melhores salários aos colonos, etc.

Chama-se «confisco cambial» a diferença entre o preço do dólar-café (\$40,00) pago pelo Banco do Brasil aos exportadores e o preço do dólar vendido nos leilões (média de \$65,00). Essa diferença fica com o governo. E' com ela que o governo vem fazendo face, sobretudo, ao déficit orçamentário e, com este recurso, evitando maiores emissões. Uma das consequências desastrosas da supressão do chamado «confisco», agora, seria a intensificação das emissões, isto é, o imediato aumento da inflação, da carestia, etc. Isso criaria enormes dificuldades ao governo — e é visando criar tais dificuldades, precisamente, que certos elementos empenham-se com tanto calor pela supressão do «confisco».

A QUEM INTERESSA A SUPRESSÃO?

Apesar de desbragada propaganda de certos setores, a verdade é que a supressão do chamado «confisco cambial» realmente beneficiaria, apenas, a um pequeno grupo de exportadores, particularmente as 10 grandes firmas (das quais 5 norte-americanas) que exportam cerca de 60% da produção cafeeira. Estes, de fato, receberiam

mais cruzeiros por cada saca de café. A grande massa de fazendeiros, de fato, não seria beneficiada. Mesmo que recebesse mais alguns cruzeiros por saca (apenas mais alguns, pois a maior parte do dinheiro ficaria com os exportadores) isso de nada valeria, em consequência da desvalorização da moeda, que resultaria, inevitavelmente, de qualquer reforma cambial.

Desde outubro de 1953, o dólar-café sofreu três aumentos, pelas Instruções 70, 99 e 112, da SUMOC. A cada um desses aumentos correspondeu uma queda dos preços do café no mercado externo (Estados Unidos), resultando isso em desvalorização do cruzeiro. A imensa maioria dos cafeicultores pode avaliar, por sua própria experiência, que, como anteriormente, as vantagens ficariam com os grandes exportadores.

Na região de São José do Rio Preto os fazendeiros estão pagando aos colonos de \$3.500,00 a \$4.500,00 por mil pés de café, embora o salário-mínimo na zona seja de \$3.300,00 mensais — o que representaria uma base de cerca de Cr 13.000,00 para o cálculo do preço de mil pés. Nesta região, cada mil pés produzem de 10 a 50 sacas de café beneficiado. Mesmo fazendo-se o cálculo à base

de 10 sacas, o fazendeiro teria um lucro líquido de Cr\$ 10.000,00 por mil pés ou Cr\$ 20.000,00 por alqueire (cada alqueire 2 mil pés) — isto se pagasse aos colonos as fêrias e o salário-mínimo. Deve-se considerar, porém, que a produção por mil pés é, em geral, superior a 10 sacas. Vê-se portanto, que, com os preços atuais do café, os fazendeiros poderiam pagar mais aos colonos, não se justificando o que eles alegam, em seus boletins, quando dizem que «só a extinção do «confisco cambial» permitiria melhorar os salários dos colonos».

A supressão do «confisco» significaria mais cruzeiros em mãos dos grandes exportadores. Para os colonos, assim como para os fazendeiros pequenos e médios e também para os grandes que não são exportadores, significaria a desvalorização da moeda, o agravamento da inflação e da carestia e, dentro de algum tempo, uma situação pior do que esta em que atualmente se encontram. Na verdade, quando certos fazendeiros acenam com uma melhora nos salários dos colonos, o que eles pretendem é envolver os trabalhadores em um movimento que só viria beneficiar à pequena minoria de grandes latifundiários e exportadores. Eles querem fazer dos colonos escada para alcançar vantagens.

MOVIMENTO IMPATRIÓTICO

Uma reforma cambial, agora (e a supressão do «confisco» importaria em reforma cambial) teria como consequência a desvalorização do cruzeiro, o agravamento da inflação e da carestia, provocando verdadeira comorção na economia nacional e criando ingentes dificuldades para todos os setores populares, do comércio, da indústria, da agricultura, etc., bem como para o governo. Além do mais, em um momento como o atual, em que a indústria

nacional precisa importar equipamentos no exterior, seria criminosa qualquer medida que resultasse em desvalorização do cruzeiro.

Ora, é precisamente esse objetivo de agravar as condições de vida do povo, de criar descontentamentos entre os setores da indústria, de provocar dificuldades para o governo, que move certa imprensa e certos setores li-

carar o súbito interesse de certos corifeus golpistas de alta direção da UDN pelas reivindicações dos colonos, lavadores e trabalhadores agrícolas, do que a posição deles diante daquelas reivindicações concretas.

O sr. Carlos Lacerda, por exemplo, jamais tomou conhecimento dos problemas do campo. Aparece, agora, inopinadamente, em «tourné»

mas, onde se define melhor a hipocrisia da alta direção udenista em relação aos colonos e trabalhadores agrícolas é na discussão do projeto de extensão ao campo dos benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho. Coube justamente ao líder da bancada da UDN na Câmara sr. Afonso Arinos, com o apoio ativo de outro campeão da campanha contra o «confisco», o presidente da Confederação Rural e deputado udenista Iris Meinberg, apresentar um substitutivo ao projeto que espoliava os direitos dos trabalhadores agrícolas e colonos, inclusive o direito ao salário-mínimo. O substitutivo udenista não foi aprovado. Mas é, ainda, graças aos udenistas, e especialmente ao sr. Iris Meinberg, que o projeto atualmente em discussão na Câmara suprime direitos fundamentais dos colonos e assalariados rurais (Ver VOZ OPERÁRIA, número 388).

Os colonos e lavadores se verão não se deixar envolver pela agitação de cunho golpista contra o «confisco cambial». Saberão, igualmente, aproveitar para levantar corajosamente suas próprias reivindicações, desmascarando, ao mesmo tempo, a demagogia dos grandes latifundiários e dos proletores de golpismo e sua tentativa de envolver os camponeses e trabalhadores rurais em uma campanha que pretendem explorar em benefício de seus planos de golpe, e que em nada beneficiaria as grandes massas do campo.



gados ao golpismo, levando-os a se colocarem à frente da luta contra o «confisco cambial». Com isso pretendem os golpistas abrir um fosso entre o governo e a maioria da nação, desmoralizar o governo e facilitar o caminho à pregação do golpe, que se intensifica.

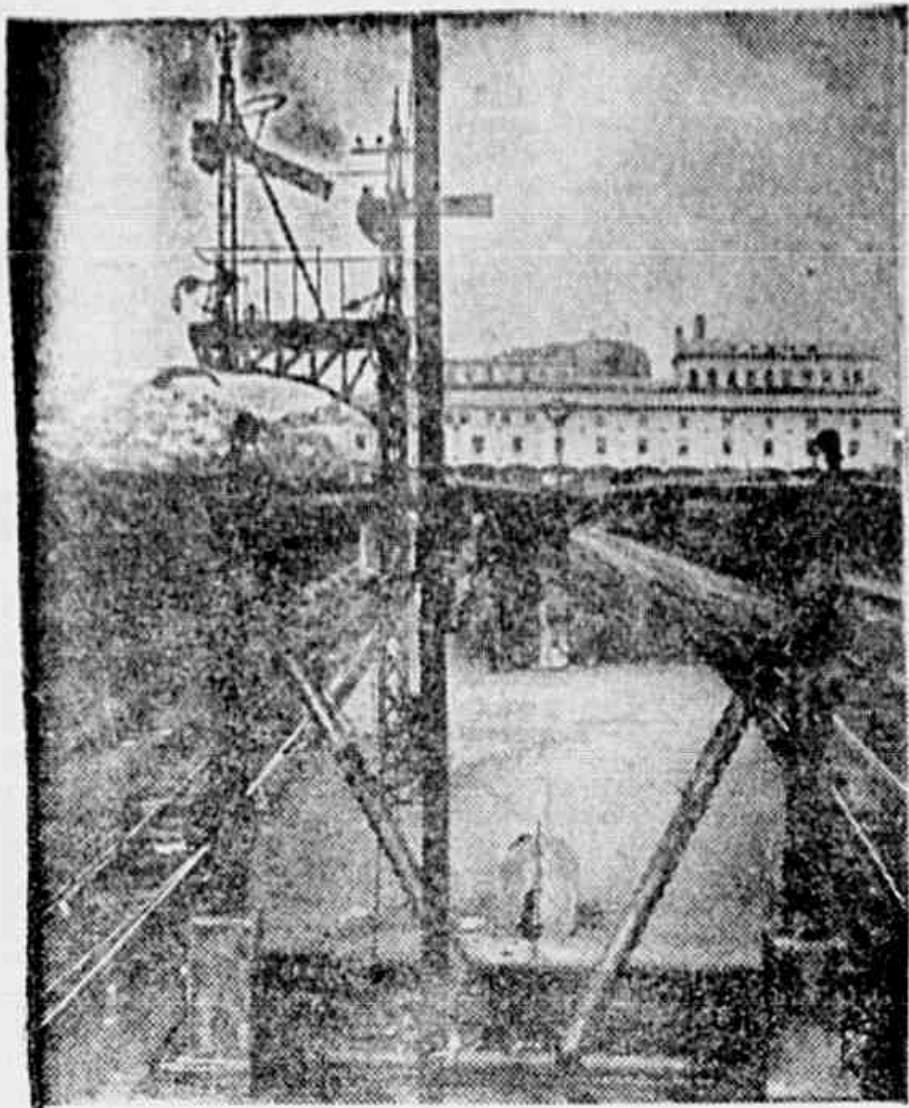
AS DUAS CARAS DOS INIMIGOS DO «CONFISCO»

Nada melhor para desmas-

pelo interior do país, travado de «amigo dos camponeses», concitando-os a lutar contra o governo.

O sr. Oton Mader, latifundiário e senador udenista do Paraná, é outro campeão da luta contra o «confisco». Recorde-se a furiosa campanha do sr. Oton Mader contra a organização e a luta dos colonos paranaenses, ainda há pouco. Foi esse mesmo sr. Oton Mader que esbravejou no Senado várias vezes, pedindo ao governo que man-

Cairiam as Ferrovias Sob Controle Dos Trustes de Ferro Dos Trustes?



Os dois últimos trabalhos publicados pela VOZ OPERÁRIA, propondo um reexame de posições já assumidas por toda a imprensa popular — inclusive por nosso próprio jornal — assim como por diversas assembleias de ferroviários em face do projeto que transforma as ferrovias da União em sociedades anônimas (mistas), suscitaram diversos pronunciamentos divulgados, particularmente, pelo «Notícias de Hoje» de São Paulo.

Não era e não é intenção de VOZ OPERÁRIA apresentar os pontos de vista que expôs como definitivos, mas justamente como elementos para que se possa chegar a uma atitude realista, e não subjetiva, diante de problema tão fundamental para o nosso desenvolvimento econômico (que se relaciona com a própria emancipação nacional) como o das ferrovias. Acolhemos, por isso, com satisfação as opiniões de todos os que se estão pronunciando a respeito e procuraremos examiná-las com seriedade.

Em artigo divulgado no «Notícias de Hoje», B.E. Marcondes conclui dos dois trabalhos que divulgamos que os responsáveis pela VOZ OPERÁRIA «estão desconhecendo o assunto». Infelizmente, os argumentos do artigo de B.E. Marcondes não contribuem para um melhor esclarecimento das questões, pois não há um só deles que não tenha figurado em matéria por nós divulgada, na edição de 22 de setembro de 1956. É claro que esses argumentos eram conhecidos dos redatores de VOZ OPERÁRIA e tanto assim que foram expostos num trabalho por nós publicado. Justamente porque, encarando melhor e sob novo ângulo, o problema das ferrovias, julgamos pouco consistentes essas opiniões, é que resolvemos propor um reexame da questão.

Melhor contribuição apresenta um trabalho de Jaime Gonçalves, também publicado pelo «Notícias de Hoje» do dia 4 do corrente. Há ali uma série de dados que ajudam a uma visão mais segura do problema das ferrovias.

Mas, vejamos os diversos argumentos contra o projeto que institui a Rede Federal Ferroviária S.A.

O dirigente ferroviário B. Marcondes assegura que os acionistas da RFFSA «serão «testa de ferro» dos trustes norte-americanos» e «assumirão, em benefício destes, o controle total dos transportes de minérios e gêneros alimentícios para com isso, mais facilmente, estabelecer o monopólio em prejuízo de nosso povo e dos produtores nacionais».

Esta é a opinião do Congresso Ferroviário de Campinas e em diversas oportunidades encampadas pela própria VOZ OPERÁRIA. Devemos confessar que, de nossa parte, tal opinião era ditada, não por uma análise concreta do projeto, mas por motivos exteriores a ele: 1º — porque o projeto decorria de uma recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; 2º — porque, agarrados a uma tese teórica (a de que o governo é «um instrumento útil e necessário» da dominação imperialista lanque no país), achávamos que nenhuma iniciativa governamental no campo econômico deixaria de ter, atrás dela, o dedo dos interesses dos monopólios lanques.

Mas, analisando-se seriamente o projeto, não se pode chegar a tal conclusão. Na RFFSA a União será o principal acionista, detendo além disto, a maioria absoluta das ações (51%). Além da União poderão ser acionistas os governos estaduais e municipais; as empresas «mistas» (i.e. de capitais privados e estatais, como Volta Redonda, Cia. Nacional de Alcalis, Frimisa, Banco do Brasil, etc.); as sociedades de direito público interno (por exemplo, as cooperativas, inclusive as ferroviárias). Não poderão ser acionistas as sociedades de direito público privado (onde poderiam estar os chamados «testa-de-ferro» dos trustes norte-americanos). Houve tentativa de emenda, neste sentido, ao projeto. Mas no texto original não se permitem esses acionistas.

Temos, assim que, pela composição do capital da RFFSA — conforme consta do projeto governamental — os «testa-de-ferro» dos trustes não terão qualquer influência direta, e muito menos o controle, da sociedade anônima.

Poderão os trustes influenciar na RFFSA?

Seria temerário dizer que não. Poderiam influenciar, mas como podem influenciar e, nalguns casos influenciam, sob o regime atual das ferrovias. O sr. Jaime Gonçalves, por exemplo, no artigo já citado, informa que na «Viação Férrea do Rio Grande do Sul... o transporte de gado e demais produtos dos frigoríficos e empresas estrangeiras, como a Swift, Anglo e Armour é feito muito abaixo das tarifas pagas por outros produtos, favorecendo dessa maneira aquelas empresas».

Acontece que, sob o regime visado pelo projeto que institui a RFFSA tal influência dos frigoríficos estrangeiros sobre a VFRGS seria, provavelmente, inferior à atual. Pelo menos, esses frigoríficos não poderiam ser acionistas da estrada; mas instituições como a IRGA e diversas cooperativas agrícolas do Estado sulino poderiam transformar-se em acionistas e defender melhor seus interesses sobre os poderosos interesses dos frigoríficos anglo-americanos. Além disso, uma das medidas encaradas pelo projeto, refere-se justamente, a um reajustamento e revisão de tarifas.

Evidentemente, a influência ou não influência dos trustes sobre as nossas ferrovias vai depender da orientação que o governo venha a tomar sob pressão do movimento patriótico, e não de que as ferrovias continuem sob o regime de serviço público ou se organizem sob o regime de empresa, como prevê o projeto de criação da RFFSA.

AUMENTO DE DESPESAS?

B. Marcondes afirma, em seu artigo, que o projeto «vai aumentar a despesa da União, não só com o pagamento dos salários dos ferroviários que serão cedidos à RFFSA, mas agravado com o pagamento dos juros de 8 por cento que o governo terá; de garantir aos acionistas».

Não é claro, para nós, este aumento de despesas. Este ano, por exemplo, os «deficits» das ferrovias atingirão cerca de 12 a 14 bilhões de

cruceros. Será que, sob o regime instituído no projeto, o governo vai gastar tanto ou mais com as ferrovias?

Os estudos técnicos realizados mostram o contrário. O próprio projeto fundamenta-se na necessidade não só de se ir eliminando paulatinamente os «deficits» astronômicos das ferrovias, como de reequipá-las, estender linhas, etc., com menores despesas para os cofres públicos. É possível que os cálculos não sejam exatos. Em todo caso, resta demonstrar este erro. Entretanto, é preciso assinalar que é artificialmente englobar como uma soma de despesas que sairão dos cofres públicos os juros de 8 por cento aos acionistas e os salários dos ferroviários que optarem pela situação de servidores da União. Isto pelos seguintes motivos: 1º) — se, como é provável, a maioria ou a totalidade dos ferroviários que servem atualmente nas empresas do Estado optarem pela situação de extranumerários mensalistas, as ferrovias, sem este encargo de salários apresentarão uma rentabilidade que lhes permitirá o pagamento dos 8% de juros aos acionistas sem desembolso do Tesouro Nacional; 2º) — a própria despesa com o pagamento dos salários dos ferroviários cedidos à RFFSA será talvez menor que a despesa atual com a folha de salários (pois esta é, presentemente, coberta pelo governo). É provável que sob um regime de empresa se consiga uma distribuição mais racional da mão de obra nas ferrovias, de modo que muitos funcionários de serviços burocráticos poderão ser utilizados noutros serviços do Ministério da Viação. Isto nos leva a aceitar a estimativa dos técnicos que trabalharam no projeto sobre um substancial alívio dos encargos governamentais com a instituição da RFFSA.

De nenhum modo queremos apresentar o projeto como perfeito. Ele tem falhas e essas falhas, a nosso ver, é que devem ser corrigidas, principalmente no que se refere à garantia dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores das ferrovias. Cabe aos ferroviários, a todos os trabalhadores e a todos os democratas lutar concretamente para a defesa desses direitos. Mas isto não

deve impedir que se debata, com a maior seriedade, o problema das ferrovias, procurando-se soluções adequadas para o mesmo, soluções não idealistas, mas dentro da atual realidade financeira e econômica do país.

Creemos que a atual desorganização de nosso sistema ferroviário é tão nociva aos

interesses de nosso desenvolvimento econômico (que se entrelaça com o problema da emancipação nacional), quanto o seria um projeto que, de fato, colocasse as ferrovias sob o controle dos monopólios norte-americanos. Mas, sinceramente, não encontramos no projeto de criação da RFFSA nada que autorize este temor,

PROTELAÇÃO INJUSTIFICÁVEL NA APLICAÇÃO DA NOVA POLÍTICA ATÔMICA

A política atômica traçada pelo governo em nota de 30 de agosto último não vem sendo aplicada com a energia e a clareza que era de esperar-se em face do caloroso apoio popular e de poderosas forças nacionais que recebeu. Até hoje, por exemplo, não foi aplicado o item 13 da nota governamental onde se proclama a necessidade de denúncia imediata do «Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos do Urânio do Brasil», acordo assinado com o governo dos Estados Unidos em 3 de agosto de 1955.

PRESSÃO SOBRE O GOVERNO

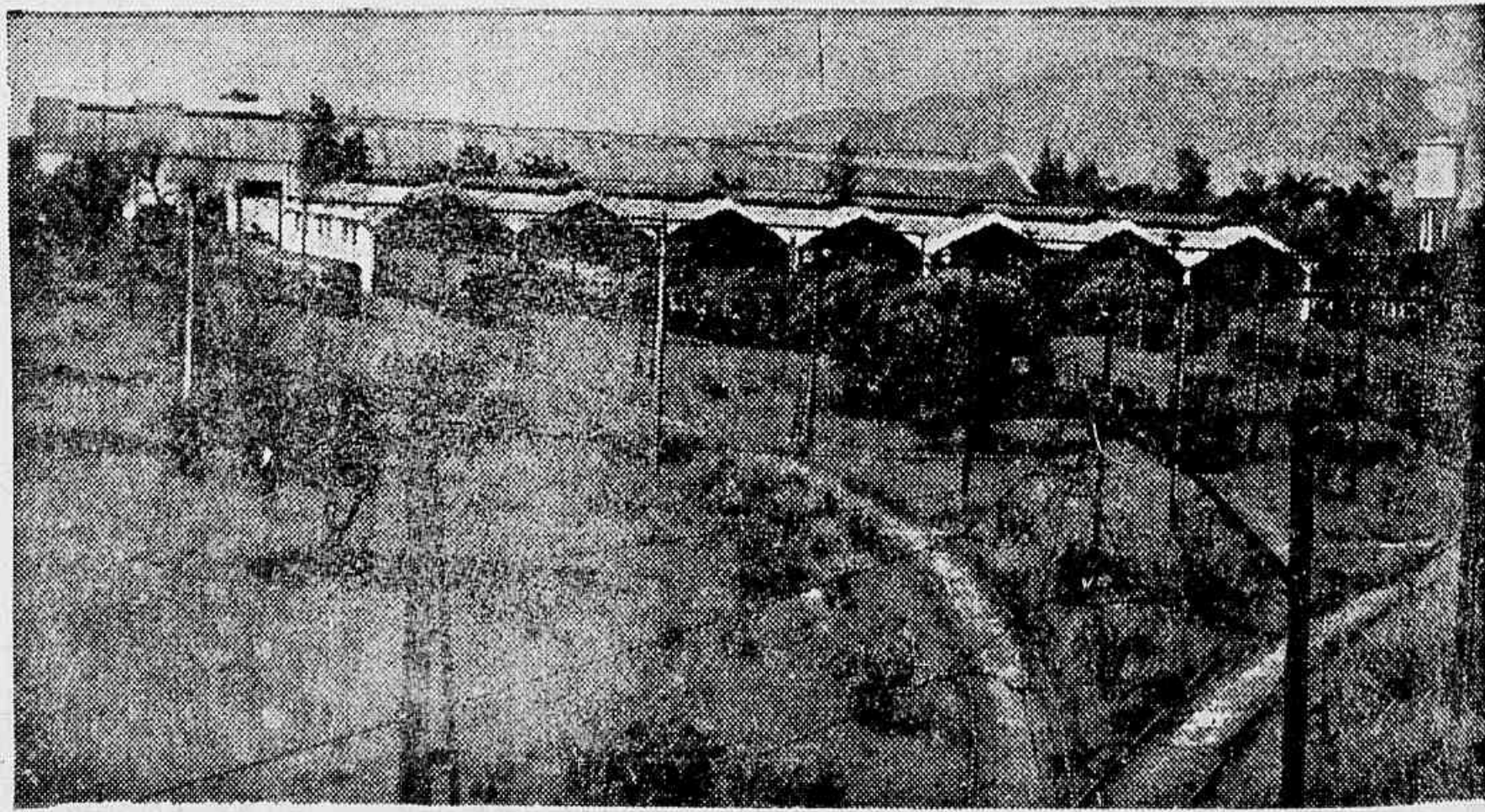
Este fato e outros indicam a forte pressão, interna e externa, que está sofrendo o sr. Juscelino Kubitschek para retroceder da posição adotada pelo Conselho de Segurança Nacional a 30 de outubro. Sabe-se, por exemplo, que em diversos órgãos da atual administração continuam, em postos influentes, inimigos irreconciliáveis da orientação nacionalista quanto à questão dos minerais atômicos, como de resto em outros setores econômicos (por exemplo, a Petrobrás). Esses elementos estão pressionando fortemente o governo a dar marcha-à-re na questão dos minerais atômicos, o que seria, ademais, uma porta aberta para uma posterior investida contra a Petrobrás.

A ATIVIDADE DE AMARAL PEIXOTO

O exemplo do sr. Amaral Peixoto, embaixador nos EE.UU., é típico. Quando da divulgação da Nota da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, de 30 de agosto, ele anunciou uma viagem repentina ao Brasil «para se informar do assunto».

Segundo informações de um vespertino, posteriormente o sr. Amaral Peixoto escreveu ao Presidente da República propondo-lhe, em nome de autoridades norte-americanas, a manutenção dos acordos assinados com os EE.UU., sobre energia atômica, em agosto de 1955. Grande parte da atividade diplomática do sr. Amaral Peixoto tem estado ligada a esta questão.

Diante de tudo isto é claro que as forças que obtiveram a nova orientação patriótica para a questão da energia atômica necessitam atuar com mais energia e vigor para que não fiquem no papel as decisões adotadas a 30 de agosto. A denúncia oficial do acordo de 3 de agosto de 1955 não deve ser mais protelada, pois, sem ela, serão inoperantes todas as boas recomendações contidas no programa formulado pelo Conselho de Segurança Nacional.



Os depósitos da Central do Brasil transformaram-se em verdadeiros «cemitérios de trens», tal o estado de descabro do material rodante. O reequipamento das ferrovias, atendendo aos interesses nacionais, é um problema que reclama solução imediata para a qual todos devem contribuir através de um estudo realístico de nossas possibilidades atuais.